

Agosto

[10 e 11] **Simpósio internacional “Os transtornos do humor e seu espectro”,** em São Paulo. Informações: (11) 6146-0314. Site: www.blcongressoseventos.com.br

[10 a 9/11] **Introdução ao acompanhamento terapêutico,** São Paulo. Informações: 3871-1261 / 3088-4487.

[11] **Evento “A aprendizagem nas organizações: escola, saúde e contexto do trabalho”,** em São Paulo. Informações: (11) 3866-2730 e sedes@sedes.org.br

[11 e 12] **Curso de Formação em Psicanálise com Abordagem Junguiana,** em São Paulo. Informações: (11) 3749-0034 e cursos@institutoluz.com.br. Site: www.institutoluz.com.br

[16 a 29/11] **A clínica do adolescente: uma compreensão psicodinâmica,** em São Paulo. Informações: 11 38140041. Site: www.sedes.org.br

[18] **Encontro sobre avaliação psicológica,** em Curitiba. Informações: (41) 3222 5211. Site: www.avaliacaopsicologica.com.br

[31 e 1/09] **Jornadas Paulistas da Sexualidade,** em Campinas. Informações: (11) 3856-0237/3951-2813 e contato@luminaeventos.com.br. Site: www.luminaeventos.com.br

Setembro

[6 a 9] **10º Congresso Brasileiro de Psicomotricidade,** em Fortaleza. Informações: (85) 3433-8464. Site www.psicomotricidade.com.br/congresso

[7 e 8] **20º Congresso de Psicologia em Cardiologia,** em São Paulo. Informações: (21) 3478-2752 e wduraes@cardiol.br. Site: congresso.cardiol.br/62/foruns/psicologia/

[21 a 22] **V Simpósio de Psicoterapia Psicanalítica,** em Santo André. Site: www.apep-psi.org.br

Outubro

[6] **I Mostra Estadual de Práticas da Psicologia na Área da Infância e Adolescência: A Psicologia promovendo o ECA,** auditório da sede do CRP SP - rua Arruda Alvim, n.º 89. Informações: Departamento de Eventos do CRP SP, (11) 3061-9494 ramais 137, 151 e 317 e secretaria.eventos@crpsp.org.br. Inscrições: www.crpo6.org.br/eca/

Novembro

[1 a 4] **I Congresso Ibero-Americano de EMDR,** em Brasília. Novos Paradigmas para a Psicoterapia. Informações: (61) 3346-8420, congressoemdr2007@hotmail.com. Site www.congressoemdr2007.com.br

Abril de 2008

[13 a 17] **9º Congresso da Federação Européia de Sexologia – Terapia, prevenção e promoção do bem-estar sexual,** em Roma. Site: www.efs2008.com

psi

jornal de psicologia  crp sp

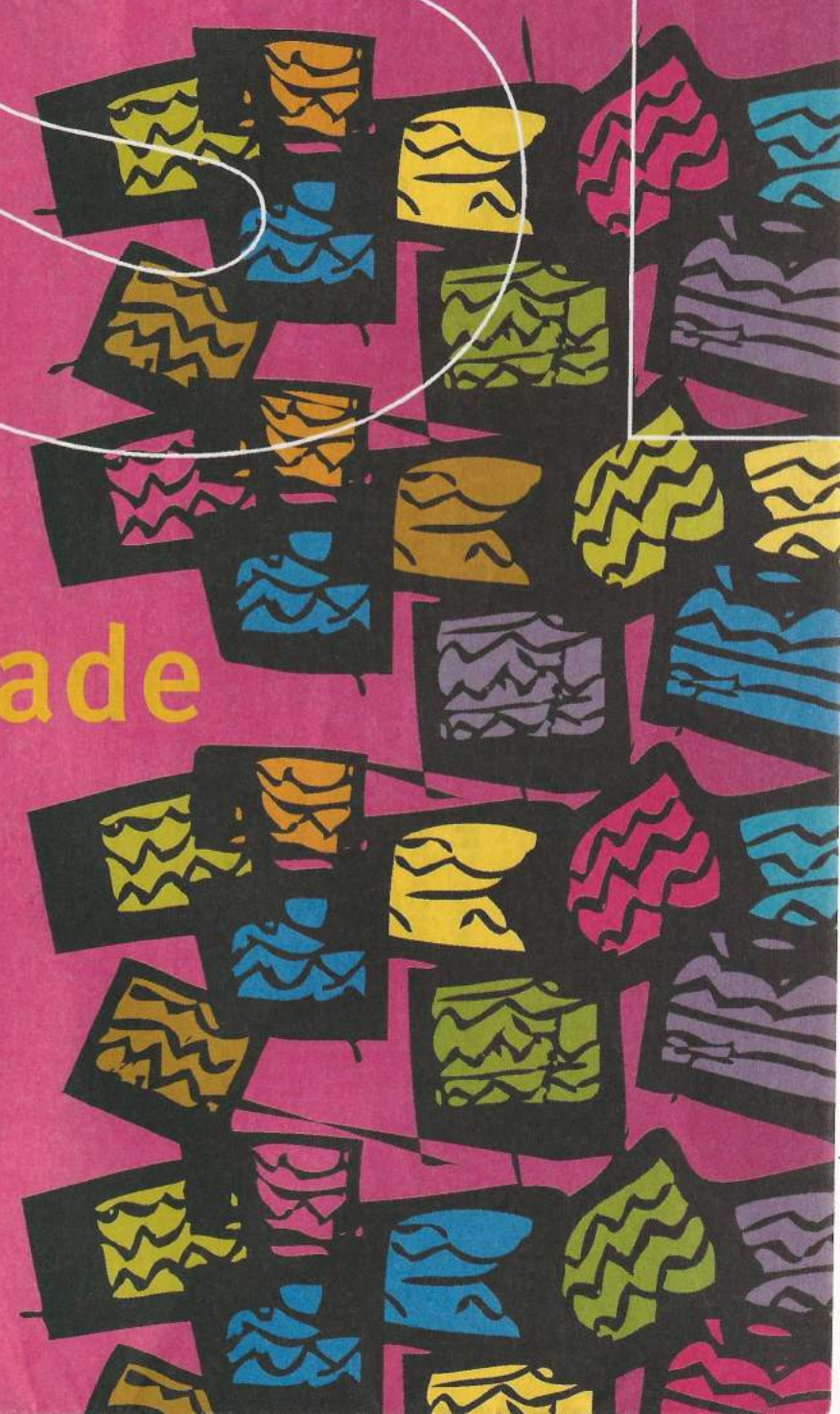
número 153 • julho | agosto 2007

Mídia e subjetividade

A Psicologia quer uma comunicação mais democrática com controle social

Sistema Conselhos tem eleição

em todo o país dia 27 de agosto
Participe!



Índice

Editorial 02

03 Conversando com o Psicólogo

Psicólogo que trabalha em RH não deve ultrapassar a linha que separa a seleção da discriminação

06 Formação

ABEP se configura como canal interlocutor para a formação do psicólogo

04 Políticas Públicas

Simpósio no Vale do Paraíba mostra a importância do especialista em gestão de risco, em tempos de aquecimento global

08 Ciência e Profissão

Disciplina ainda pouco estudada, Psicologia Ambiental é fundamental para entender as influências do ambiente no comportamento humano

09 Orientação

CFP lança carta aberta sobre testes psicológicos para orientar a categoria e a população sobre seu uso

10 Interior

CREPOP aponta tendências nas políticas públicas

11 Um Mundo Melhor é Possível

Governo tenta agilizar compra de laptops para projeto de inclusão social

12 Eleições

14 Seção Aberta

Mídia e subjetividade, a Psicologia na busca de respostas

16 Nuestra América Latina

Cooperação científica entre pesquisadores do continente latino-americano constrói consciência crítica

18 Questões Éticas

Comissão de Ética assume papel pedagógico

20 Opinião

Aquecimento global para o geólogo Geraldo Luís Lino está rodeado de fatos e factóides

21 Estante

22 Mural

Agenda

Verve



Conselho Regional de Psicologia SP

Psicólogo **Psicologia CRP SP** é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Chica Hatakeyama Guimarães
Vice-presidente | Maria José Medina da Rocha Berto
Secretária | Zuleika Fátima Vitoriano Olivan
Tesoureiro | Ana Paula Pereira Jardim

Conselheiros efetivos

Ana Paula Pereira Jardim, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcio dos Santos Sequeira, Elisa Zaneratto Rosa, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria Ermínia Ciliberti, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Andréia de Conto Garbin, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio

Gerente-geral

Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Lumena Teixeira

Membros | Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos

AlPY Imprensa & Design

(11) 3487 2092

Jornalista Responsável

Luís H R Carrijo (MTb 17296)

Colaboração

Fernando Porto, Ana Paula Kuntz e Mariana Sant'Anna

Projeto gráfico e Editoração

Fonte Design (11) 3864 8974

Ilustrações

Gabriel Borges e Tomé

Impressão

Gráfica Esdeva

Tiragem

55.000 exemplares

Periodicidade

bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América

cep 05410-020 São Paulo - SP

tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br

Diretoria | direcao@crpsp.org.br

Informações | info@crpsp.org.br

Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br

Administração | admin@crpsp.org.br

Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br

Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932

Bauri | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516

Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377, 3623 5658

Grande ABC | tel. (11) 4436 4000, 4427 6847

Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441

São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047

Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

“Queremos que o tema ‘mídia e subjetividade’ ganhe relevância no nosso meio. Que os psicólogos se reúnam no coletivo para a construção de um trabalho sistemático, criterioso e importante como parte do discurso da Psicologia Social”

Marcos Ferreira

“A sociedade tem suas incoerências. No meio desse jogo de interesses, cabe ao psicólogo zelar pela dignidade humana”

José Roberto Heloani

“Não existe ainda um profissional com uma visão específica em gestão de risco. Têm saberes da Psicologia que podem ser usados, mas não atendem completamente à gestão das áreas de risco. É necessária uma visão articulada, que contribua para a mobilização comunitária nessas regiões”

Daniela Lopes

“Na formação universitária o psicólogo aprende a lidar com os testes, mas normalmente é de maneira geral. Por isso, é importante que o profissional busque uma especialização, um curso, ou mesmo um supervisor para qualificá-lo a fazer a avaliação e aplicar os testes com qualidade”

Ana Paula Jardim

Dia do Psicólogo e eleições: importantes acontecimentos para o CRP SP e para a categoria



27
DE AGOSTO
ELEIÇÕES
DIA DO PSICÓLOGO

Realizar um trabalho com qualidade teórica, técnica e ética exige que os profissionais estejam suficientemente preparados e orientados. Esta foi a razão pela qual os Conselhos foram criados, ou seja, quando falamos em Conselhos falamos também de uma profissão regulamentada. Estar regulamentada significa dizer que a profissão tem parâmetros claros para que o (a) psicólogo (a) possa atuar. Cabe aos Conselhos, então, como uma delegação dos poderes públicos, orientar, fiscalizar e regulamentar a profissão e o exercício profissional.

No entanto, para que o Conselho possa efetivamente exercer o papel que lhe cabe, é preciso que profissionais, que preencham determinados requisitos legais, se proponham a estar à frente, como conselheiros, realizando todos os trabalhos necessários, num gesto de participação voluntária e comprometida com o cargo que passam a assumir.

Um dos princípios que regem o funcionamento do Sistema Conselhos é o da democracia participativa e é justamente por essa razão que, a cada três anos, são eleitos os conselheiros em uma nova gestão. Ainda que as funções do Conselho estejam definidas em lei, uma plataforma eleitoral apresentará a visão e as diretrizes po-

líticas que o grupo que se candidata, propõe-se a seguir.

O CRP SP considera a eleição um dos marcos importantes da vida do Sistema, na medida em que tem possibilitado uma interessante dinâmica de renovação/inclusão de novos membros e de mudanças que têm feito avançar a visão e a presença da Psicologia junto à sociedade brasileira e aos psicólogos. No entanto, este evento só se transformará em algo verdadeiramente significativo, se a própria categoria estiver consciente da importância de sua participação no dia 27 de agosto. Para além da exigência legal da eleição ser realizada, está a preocupação de que este seja um importante momento de decisão e de participação de cada profissional psicólogo, que tem em suas mãos o poder de decidir sobre a direção dos trabalhos do Conselho nos próximos anos. Neste sentido, temos tomado todas as medidas necessárias para que o pleito possa permitir a mais ampla participação dos psicólogos, já que é o maior colégio eleitoral do Sistema Conselhos, além de contarmos com uma comissão eleitoral que tem pautado sua atuação pela autonomia e isenção em relação ao Conselho.

As eleições ocorrem no Dia do Psicólogo, simbolizando que votar é a manei-

ra mais importante de comemorar. A Psicologia foi regulamentada há pouco mais de 40 anos. Embora jovem, a profissão tem assumido responsabilidades que são de "gente grande" junto aos usuários, aos serviços de Psicologia e à sociedade de um modo geral. Temos muito a comemorar, pois, são inúmeras as conquistas, seja do ponto de vista da qualidade dos trabalhos oferecidos, seja por estarmos a cada novo tempo ampliando nossa presença nos diferentes setores sociais em que nossa contribuição se faz presente com compromisso e qualidade.

Nesse sentido, queremos ir para além de apenas oferecermos nossos cumprimentos pelo seu, pelo nosso aniversário. Queremos convidá-los a participar dos eventos comemorativos deste nosso dia. Mas, principalmente, queremos sua participação por meio do voto, demonstrando compreensão da importância política de marcar sua posição e fortalecer as propostas de gestão dos Conselhos Federal e Regional que considere as mais adequadas.

Após três anos de trabalho intenso, esta gestão está encerrando seu mandato. É hora de renovar os conselheiros que ocuparão os diversos cargos do sistema conselho, tanto em âmbito federal, quanto estadual.

No pleito deste ano teremos duas chapas concorrentes para o Conselho Federal. O material relativo às chapas será oportunamente enviado pelo CFP para todos os psicólogos.

No caso do CRP/SP apresentou-se como candidata apenas uma chapa, cujo material de apresentação (programa de gestão e componentes do grupo) segue neste jornal.

A gestão eleita para o Conselho Regional tomará posse no dia 27 de Setembro p.f. e a partir de então passará a assumir os trabalhos tanto na sede quanto nas sub-sedes do Estado de São Paulo.

Assim, desejamos um bom e frutífero trabalho para todos os que estarão nas novas gestões, tanto do CRP/SP, como dos demais Conselhos Regionais e do Conselho Federal.

E, acima de tudo, desejamos que o momento eleitoral seja oportunidade para debates sérios e fraternos, considerando que queremos todos a valorização da Psicologia, como ciência e profissão cuja presença social seja reconhecida por sua relevância.

Psicólogo! Participe da comemoração do Dia do Psicólogo, informando-se sobre as eleições, participando dos debates eleitorais e votando no dia 27 de agosto! ●

No limiar do preconceito

Psicólogo que trabalha em RH não deve ultrapassar a linha que separa a seleção da discriminação

Sete candidatos, uma vaga de emprego como executivo em uma multinacional espanhola e um processo cruel e antiético de seleção. Esses são os elementos do roteiro de “O Método” (*El Metodo*, 2005), filme do cineasta argentino Marcelo Piñeyro. O enredo, porém, está longe de ser uma obra da ficção. É, ao contrário, uma situação muito comum da vida real. Com uma ferrenha concorrência do mercado de trabalho, os procedimentos seletivos vêm sofrendo intervenções temperadas com critérios e metodologia que merecem ser questionados, ultrapassando a fronteira que separa a seleção do preconceito. Quando um psicólogo que trabalha em recursos humanos dá preferência, entre candidatos, àqueles que não fumam ou àqueles que não são obesos, por exemplo, ignorando a qualificação profissional, a ética desse profissional é colocada em xeque. “Não importa se é uma determinação superior. Não importa se é uma recomendação da diretoria. O psicólogo que atua em RH não pode legitimar essa prática, caso contrário estará agredindo o código de ética da sua profissão”, explica José Roberto Heloani, psicólogo e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para ele, vivemos dias preocupantes: apesar de as empresas reforçarem cada vez mais o discurso da inclusão, a prática pode estar indo na contramão. “A consciência que as organizações têm sobre a importância das questões humanas é importante, mas, por outro lado, dificulta o combate dessa ideologia mascarada por trás de atitudes ‘socialmente responsáveis’, que é o tema da moda”, acredita Heloani. Prova disso, diz ele, se dá nos processos de seleção: é muito comum que, ainda que contratem um deficiente físico, por exemplo, deliberem a ele uma função secundária, que não atrapalhe nem incomode os demais funcionários tampouco os clientes. “É um comportamento comprometido apenas com a ordem legal e com a imagem. Houve avanços, sim, mas não podemos ser ingênuos quanto a isso”, pondera.

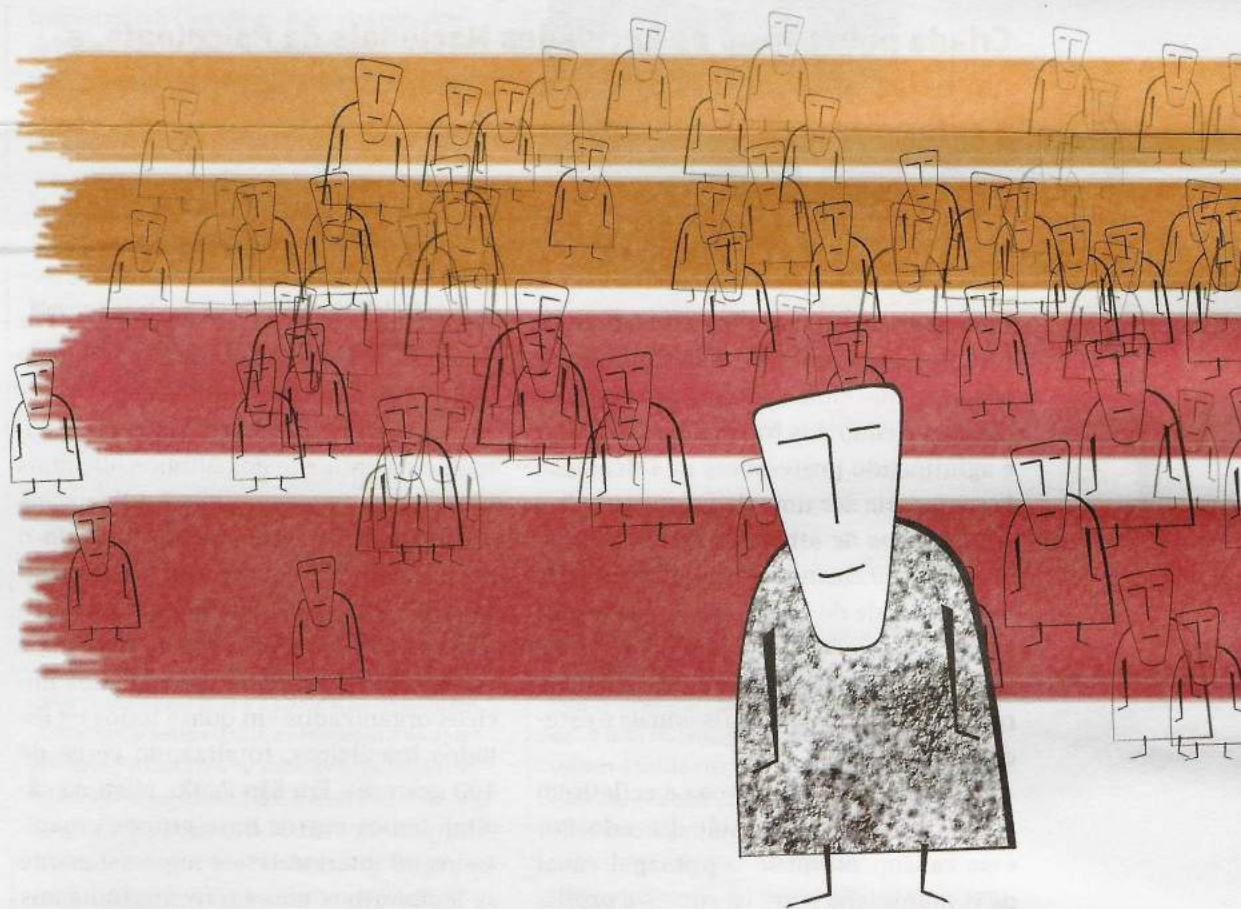
De acordo com relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado em maio, a discriminação profissional continua atingindo os grupos tradicionalmente vitimados, de acordo com idade, sexo, raça e religião, e tem se agravado em grupos formados de acordo com “estilo de vida” e com “predisposições genéticas”, que inclui descendentes de pessoas que sofram de doenças cardíacas ou câncer, entre outras. Tudo isso

é equivocadamente utilizado como critério de seleção.

Segundo Heloani, ainda referindo-se ao caso dos obesos, é uma competência pessoal avaliar se é saudável ou não. A empresa pode criar programas de incentivo ao esporte, por exemplo, mas que sejam para adesão espontânea e não uma imposição que fira a dignidade dos funcionários. Ele explica que esse tipo de prioridade só se justifica quando as condições físicas interferem diretamente na atividade do trabalhador. Se alguém de porte muito franzino, que não conhece técnicas de defesa pessoal, se oferece para trabalhar como segurança, é compreensível que seja recusado para a função. São casos em que deve prevalecer o bom-senso.

pessoas, devemos estimular e disseminar práticas que respeitem e aceitem o ser humano integralmente, independentemente de suas escolhas. Ademais, trabalhar com diferentes formas de pensar é enriquecedor”, comenta.

Contudo, assim como em “O Método”, as técnicas de manipulação estão se tornando mais sutis e por isso mais perigosas. Um exemplo destacado pelo professor Heloani são as redações em que o próprio candidato tem que opinar sobre o tema da discriminação. Que fumante se atreve a escrever defendendo o tabagismo em uma empresa cujo presidente tem uma posição contra esse hábito? É então que entra o papel fundamental do psicólogo: conscientizar os gestores, paulatinamente, que esse tipo de estratégia, quando não pas-



“A atração de talentos deve ser baseada nas competências necessárias para o negócio”, afirma Rosemeire Silva de Oliveira Ribeiro, formada em Sociopsicologia e Administração de RH. Trabalhando há 12 anos na área, ela conta que nunca passou pelo constrangimento de ser coagida pela diretoria a discriminar pessoas por conta de seus hábitos, aparência ou preferências. Porém, sabe como lidaria com este tipo de situação. “Como profissional de RH, que tem como foco o desenvolvimento de pessoas, seria uma incongruência aceitar esse tipo de prática, que discrimina e acentua o preconceito em um país formado por diferentes etnias e opções de vida. Como gestores de

sa de esforço mercadológico, acaba sendo desmascarada a longo prazo. As organizações fazem parte da sociedade, querem vender seus produtos, seus serviços, sua marca. Para isso, aderem a valores que estão em voga, seja a vida saudável, a aceitação da diversidade, a preservação do meio ambiente. Tudo para ganhar pontos em indicadores sociais, que podem até mesmo gerar benefícios fiscais. Mas não devem induzir seus funcionários a criar uma identidade profissional paralela apenas para se adequar às expectativas sociais. “Até porque a sociedade tem suas incoerências. No meio desse jogo de interesses, cabe ao psicólogo zelar pela dignidade humana”, conclui Heloani. ●

ABEP: o canal interlocutor para a



Criada pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia, a associação completa oito anos com reconhecimento de toda a categoria e de órgãos governamentais

Contribuindo para mudar a realidade da profissão, permitindo a reflexão coletiva sobre o conhecimento aplicado e aprimorando o ensino dos futuros profissionais e aglutinando professores de Psicologia. Essa poderia ser uma das sínteses sobre os oito anos de atividade da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), uma entidade de âmbito nacional que foi sendo consolidada em quatro diferentes gestões, até conquistar definitivamente o respeito de todos os profissionais e estudantes do país.

“A ABEP leva as pessoas a refletirem sobre o que os cursos estão dizendo. Por essa razão, tornou-se o principal canal de comunicação entre os cursos e profissionais associados, para a construção de condutas”, define Marcos Ferreira, atual presidente. “Reconhecendo a legitimidade de todos os atores, criamos canais de expressão para suas formulações, para suas iniciativas, para seus problemas. E contribuímos para que a busca de soluções também seja uma coisa coletiva. Isso nos vai permitir ter sempre uma ABEP forte, corajosa, capaz de produzir o que ela sabe produzir”, acrescenta o dirigente.

O processo de construção da ABEP teve o seu início marcado por um período de discussões nacionais acerca da formação do psicólogo. Sua criação, em outubro de 1998, foi resultado da deliberação de um evento em Ribeirão Preto, no ano anterior, coordenado pelo Fórum de

Entidades Nacionais da Psicologia. Por essa razão, ela é considerada como uma “filha” das entidades nacionais.

Marcos Ferreira lembra que o crescimento da entidade nos últimos oito anos não se deu apenas no quadro de sócios (cerca de 7.500 integrantes em todo o país), mas também no braço organizacional e executivo. “De cinco pessoas que tínhamos no quadro diretivo, passamos para 13 pessoas. Além disso, temos núcleos organizados em quase todos os Estados brasileiros, totalizando cerca de 400 gestores. Em São Paulo, além da capital, temos outros nove grupos organizados no interior. Isso é impressionante se lembrarmos que, no início, tínhamos apenas cinco profissionais para cuidar do Brasil inteiro”, comemora.

O dirigente reconhece um papel fundamental de todos os presidentes que o antecederam, tanto na organização e criação do regimento da entidade como no trabalho de estruturação que a tornou atuante em todos os Estados. Marcos Ferreira não faz distinção e elogia todos seus antecessores: Inara Barbosa Leão (MS), Maria das Graças Victor Silva (PE) Sandra Amorim (MS) e Alysson Massote Carvalho (MG). “Todos contribuíram para a cristalização da ABEP como organizadora de posições e de luta pela autoridade do coletivo.”

Ele lembra que o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia – que sur-

tiu em 97 para coibir a ação de aventureiros que falavam em nome da categoria – foi a base impulsora para a discussão legítima da formação, na qual todos os profissionais podem refletir sobre o modelo de ensino e seu conteúdo. Dessa forma, a ABEP foi criada com a participação de 65 entidades nacionais e regionais. “Antes de sua criação, faltava uma legitimidade nesse trabalho. Éramos marcados por interrupções; projetos começavam e morriam. Mas também havia o autoritarismo, na medida em que alguém sempre queria impor sua visão pessoal”, conta.

Marcos Ferreira avalia como altamente positivo o trabalho da entidade, destacando principalmente o funcionamento descentralizado que envolveu todos os núcleos estaduais. “A ABEP atingiu um nível de maturidade e de crescimento que lhe dá condições de enfrentar desafios muito maiores e significativos. Priorizamos principalmente os eventos regionais, nos quais já reunimos mais de 800 pessoas este ano. E pretendemos reunir, até o final de 2007, em torno de oito mil pessoas ao longo de todas as atividades pelo país.” Ele acrescenta que, apesar da previsão de convênio para cinco oficinas regionais pelo Brasil, a gestão atual chegou a realizar 38 oficinas em quase todos os Estados.

Como próximo passo de organização, Ferreira diz que a prioridade é formar

formação do psicólogo

comissões em cada curso de Psicologia. "Esse é o desafio para o próximo período, porque é fundamental continuar estabelecendo canais de troca de informações entre os cursos." Do ponto de vista do conteúdo, ele acredita que o desafio será colocar na pauta, em debate, o histórico dos cursos de Psicologia - como estão acontecendo, como funcionam, como são as relações dos professores no mundo acadêmico.

"Há ainda um coletivo organizado atualmente para identificar, por meio de pesquisa, quem é hoje o professor de Psicologia e o estudante da área no Brasil. Nosso desafio é discutir diretrizes que resultem em alguma modificação importante na vida dos cursos", acrescenta.

Um fato de sua gestão que o presidente da ABEP faz questão de comemorar é o acervo de informações obtidos nos dois anos de gestão. "Havia antes uma desinformação generalizada sobre a formação. Não se sabia quantos cursos de Psicologia existiam no Brasil - uma vergonha. Junto com o Conselho Federal estabelecemos um projeto de contatar cada instituição, até que chegamos ao número de 356 cursos. Sem esse número exato, ficava impossível, por exemplo, estabelecer quantos professores são necessários aos cursos e qual o nível qualitativo", salienta.

Para a psicóloga Roberta Azzi, uma das gestoras da ABEP, um dos trabalhos fundamentais da entidade nos dias de hoje está sendo a discussão do ensino de Psicologia. Existe também ensino da ma-

téria no nível médio, em cursos regulares e técnicos. Estes espaços estão hoje entre as preocupações fortes da entidade, que criou câmaras para tratar dessas temáticas", explica.

Ela destaca também o a parceria ABEP/INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para a realização de estudos sobre o estudante e o professor de Psicologia. "Tivemos dois encontros importantes em Campinas, no mês de junho, com os temas: 'Diálogos sobre a docência em Psicologia' e a 'Psicologia debate a Reforma Universitária'. No primeiro, as discussões feitas apontaram para uma agenda importante a ser trabalhada pela próxima gestão", explica a psicóloga. Na linha de oficinas, Roberta ressalta os planos da ABEP de aprofundar o debate da educação nas áreas de Direitos Humanos e de Emergências e Desastre.

A presidente do CFP, Ana Bock, reforça o papel que a ABEP vem exercendo hoje para a inclusão do tema das políticas públicas na formação em Psicologia. "Ela está tomando isso como sua bandeira principal - aliada a várias entidades nacionais de Psicologia, como o CFP. Em todos os congressos, a ABEP coloca a questão das políticas públicas em âmbito da nacional para o debate", explica. "A questão das políticas públicas definidas pela e para a sociedade brasileira é pouco discutida; na maior parte das vezes não tem a presença nos cursos. E isso a ABEP tem conseguido levar aos eventos nacionais", enfatiza Ana. Ela lem-

bra o importante seminário nacional realizado pela ABEP junto com os Ministérios da Saúde e da Educação para incentivar a capacitação de profissionais para o SUS, além de promover em todo o país oficinas - com professores, organizadores de cursos e estudantes - para sensibilizar essa formação voltada à política pública na área da saúde.

Para ela, os oito anos da entidade não foram apenas de construção e institucionalização, mas também de "produção de reconhecimento junto aos 356 cursos de Psicologia como interlocutora de estudantes, professores e psicólogos." Ana Bock também lembra que a ABEP coordenou as entidades nos debates sobre a implantação das diretrizes curriculares.

"Hoje a entidade conquistou um lugar junto ao Ministério da Educação - um reconhecimento como a principal interlocutora da Psicologia sobre as questões de formação, iniciativas sobre abertura e avaliação dos cursos. E como muitas entidades de Psicologia são filiadas à ABEP, quando ela fala, fala por um conjunto que hoje se reúne em seu espaço para pensar de forma articulada as questões da formação." ●

Lembrete

Podem se filiar à ABEP professores e estudantes de Psicologia, psicólogos, entidades e curso de Psicologia. Informações no site www.abepsi.org.br

Em setembro, Encontro Nacional da ABEP e eleições

Para dar continuidade à reflexão sobre os cursos de Psicologia, a ABEP se prepara para seu VI Encontro Nacional, de 6 a 9 de setembro, em Belo Horizonte, com a realização de mesas-redondas cujo tema principal será o futuro da Psicologia no Brasil. "Contaremos com a presença de presidentes de entidades e perguntaremos a todos: qual é o cenário de futuro de cada instituição? E quais são as necessidades e decorrências desse cenário no futuro na formação de psicólogos e professores?", informa o presidente da entidade, Marcos Ferreira.

Outros temas do evento serão a Reforma Universitária e os estágios em Psicologia - organização e similaridades. Simultaneamente ao Encontro Nacional, ocorrerão a III Plenária de Núcleos da ABEP, a Assembléia Geral da ABEP e a eleição para a nova diretoria nacional, gestão 2007/2009. "A ABEP não é a formuladora, mas sim a provocadora dos debates, das construções de linhas a serem defendidas. Por essa razão, nosso encontro é apenas um de vários eventos, pois multiplicamos os números de atividades pelo país", explica Ferreira.

Maiores informações sobre o VI Encontro Nacional da ABEP pelo site <http://www.abepsi.org.br/encontro>.

INFORME PUBLICITÁRIO

IPPESP
INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-85
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

* CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana

* CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
DAS ÁREAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho - CRP06/35761

Consulte Programas dos Cursos
www.ippesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luís Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

CREPOP: apontando tendências nas Políticas públicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas surge para criar novas oportunidades de emprego. Na contrapartida, universidades e Conselhos devem aprimorar o profissional

Um novo olhar da Psicologia em relação aos compromissos com as políticas públicas e um acesso maior da população aos avanços da atividade. É com esse objetivo que ganha cada vez mais importância nos CRPs o novo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Em São Paulo, o CRP SP investe apoio à unidade local, pesquisando e divulgando referências da prática profissional aos órgãos governamentais, definindo assim novas diretrizes para os psicólogos, além de tornar pública sua atuação. “No portal do Centro de Referência (crepop.pol.org.br), lançado no final de maio, as pesquisas em andamento passaram a ser inseridas. Também colocaremos referências sobre quem trabalha nas áreas que já foram pesquisadas”, explica Marcelo Bitar, técnico do CREPOP, na capital paulista.

“Cada CREPOP alimentará o portal federal reunindo e enviando essas informações”, explica. Bitar acrescenta que esse banco de pesquisas garantirá oportunidades de empregos no setor público. “É um meio de nortear o psicólogo. A idéia é que o portal seja um instrumento para o profissional se preparar melhor.” A equipe do CREPOP trabalha com pesquisas temáticas que mudam a cada dois meses, atendendo a uma nova demanda. Os estudos já abordaram diferentes políticas públicas, como doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids), Vara de Família, programas socioeducativos, entre outras.

No período de dois meses, coletam-se as informações e essas são ramificadas. O processo se inicia no contato com o gestor público da área que vai ser pesquisada - uma ação conhecida como georeferenciamento. Bitar explica que a meta principal que beneficiará os psicólogos é um trabalho político para que o gestor conheça e compre a idéia e, num futuro próximo, legitime a atuação do CREPOP junto aos seus pares.

Em uma segunda etapa do trabalho de cada tema, busca-se o contato com os psicólogos que atuam na área determinada. Esse contato serve para fazer o mapeamento dos psicólogos, e as informações obtidas incluem as atividades dos profissionais, seu *modus operandi* e onde atua. “Em cima de todos esses dados, planejamos algumas atuações para essa política pública. Quando se constata alguma deficiência na atividade, fazemos palestras e debates para os psicólogos atuantes na área.”

Para facilitar a vida do profissional de Psicologia, o CREPOP procura sistematizar e difundir o conhecimento das práticas psicológicas nas esferas governamentais, além de ampliar a atuação do psicólogo em outros campos do setor público. “Procuramos também mostrar para o psicólogo que trabalha no Estado que ele faz parte de um programa, e que está dentro de uma área macro e que há um plano plurianual por trás dele. Isso vale para os psicólogos das três esferas: municipal, estadual e federal”, enfatiza o técnico.

A título de exemplo, ele comenta a respeito do programa público de DST, dizendo que alguns psicólogos que trabalharam na área relataram dificuldade de mudar a forma de atuação nos grupos que tratam, como as pessoas com HIV. “Às vezes, o paciente faz o tratamento, está bem mentalmente, mas não toma os remédios. E os psicólogos não fazem a ligação com outras áreas, não traçam um indicador para saber se esse paciente está bem biologicamente. Quando detectamos esse problema, fizemos uma palestra para mostrar aos psicólogos essa questão e ajudar o paciente a entender

a importância do remédio. Então é uma forma de mudar o desenho, no processo interno do dia-a-dia. Às vezes, alguém de fora percebe com mais facilidade o problema”, conta o especialista.

Além do mapeamento, o CREPOP procura aproximar mais os psicólogos de políticas públicas, incentivando-os a entrar no portal e preencher o formulário de pesquisas. “E esse formulário preenchido ajuda a nortear o trabalho, a delimitar estratégias de atuação.” Segundo Bitar, o trabalho político de legitimação está sendo mais lento em São Paulo, por causa, principalmente, das dimensões do Estado, que concentra 60% dos psicólogos, distribuídos em oito subseções. Ele lembra que nem todas as questões traba-



lhadas em São Paulo são levadas ao CREPOP federal pelo fato de existirem ações com necessidades locais. "A regionalidade é respeitada, não é anulada. Claro que temos de seguir diretrizes nacionais, mas temos total autonomia".

Para a ex-presidente do CRP SP, Maria da Graça Marchina Gonçalves, e responsável pelo CREPOP em São Paulo, a equipe está cumprindo bem seu papel, mas há muitas etapas pela frente. "Estamos falando de uma diversidade muito grande. E nesse sentido, há muita coisa a ser feita. Porém, já estamos conseguindo mapear algumas áreas", afirma. Segundo ela, vários temas estão sendo exercitados para caracterizar a atuação do psicólogo. "Uma das primeiras coisas identificadas foi a dificuldade de se ter uma única metodologia que desse conta da diversidade de situações em um país como o nosso. Então precisamos de uma referência para coisas maiores, para políticas amplas", acrescenta.

De acordo com ela, a estratégia do

CREPOP é primeiramente reconhecer e divulgar práticas já existentes, consolidadas, no campo da política pública. Depois, identificar áreas onde o psicólogo pode atuar, oferecendo-as no portal, como ferramenta referencial para o psicólogo, para a população e para os órgãos públicos. Um dos temas focados atualmente pelo CREPOP é o sistema prisional, no qual a unidade de São Paulo já iniciou o trabalho de pesquisa e seguirá a mesma rotina de trabalho: coleta e racionalização de informações, criação de banco de dados, estudo e definição de estratégias.

"Hoje, o psicólogo pode atuar até na formulação de políticas, não somente na ponta, no atendimento, mas também na leitura do fenômeno psicológico, contribuindo já na formação de políticas", salienta Maria da Graça. Ela lembra que o Banco Social de Serviços em Psicologia, que antecedeu o CREPOP, fazia antes o contato com os órgãos públicos, mas só garantia os projetos se houvesse parceria com ministérios ou secretarias. "Já o CREPOP independe de haver essa parceria para mostrar publicamente o que a Psicologia pode fazer em diferentes campos", completa.

Graça diz que o reconhecimento da Psicologia já vem ocorrendo nas esferas públicas. "Cada vez mais o Conselho é chamado pelos ministérios, que pedem a opinião para definir uma determinada área de atuação. O Ministério Público re-

conhece, também, a Psicologia como saber necessário na tomada de decisões de determinados assuntos", diz ela.

A idéia de gerar empregabilidade para o psicólogo, por intermédio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, tem origem no próprio Conselho Federal de Psicologia. "O crescimento acelerado do número de psicólogos no país, a cada ano, colocou uma questão de equacionamento de mercado e as políticas públicas se afiguram como o principal espaço capaz de absorver essa oferta", explica o vice-presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira.

Para o dirigente, não basta apenas considerar que as políticas públicas são espaços importantes para essa mão-de-obra profissional. "É preciso garantir que essa atuação seja altamente qualificada, construída dentro de uma existência técnica e ética", enfatiza. Ele acrescenta que é importante trabalhar na formação do futuro psicólogo, para que esse possa estar capacitado a exercer essas atividades das quais existem uma expectativa de demanda em políticas públicas, como saúde, educação, infância e adolescência, terceira idade, entre outras.

No primeiro ano de atividade, o CREPOP fez um mapeamento da realidade dos psicólogos nas políticas públicas. Já no segundo ano, elaborou a metodologia para recolher a contribuição do psicólogo para essas diretrizes. "Queremos referenciar a universidade para que esta saiba qual é a tendência e que habilidades deve proporcionar ao futuro psicólogo para atuar nesse campo das políticas públicas." O vice-presidente do CFP conclui, batendo na mesma tecla: de que a categoria deve oferecer a melhor contrapartida possível ao governo. "Não basta dizer ao Estado que queremos abrir vagas para psicólogos na educação. Temos de mostrar onde o psicólogo pode ser útil. Assim, esse gestor terá mais segurança de convocar a contribuição desse profissional", afirma Marcus Vinícius. ●

CREPOP inaugurou o seu portal

Durante o IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, foi criado o portal do CREPOP, um espaço de interação com os psicólogos que lidam com as políticas públicas no país. Traz dicas de concursos, eventos, agenda e vem com notícias variadas sobre o que acontece no país, nesse campo, e nas unidades do CREPOP espalhadas pelos Conselhos Regionais de Psicologia.

Por quarenta dias ficou disponível no Portal CREPOP a consulta pública ao documento de diretrizes para atuação dos psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS/SUAS. Trata-se da primeira publicação de referências construída coletivamente, com lançamento previsto para 27 de agosto, Dia do Psicólogo.

Na mesma linha, será disponibilizado o documento de diretrizes para atuação dos psicólogos na área da saúde do trabalhador.

Até o dia 04 de setembro estará acessível no Portal CREPOP a pesquisa sobre a Prática Profissional do Psicólogo no Sistema Prisional Brasileiro.

Visite <http://crepop.pol.org.br> e participe do espaço virtual do CREPOP!"

INFORME PUBLICITÁRIO

CEP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

Inscrições abertas 2º semestre:
CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
* Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Raul Duvidovich (CRP06/7745)
Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP06/5039)

Início: 30/08/07 **Duração:** 3 anos
Horário: 5ª feira: 18h às 21h

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou
www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br

IEP - Instituto de Estudos de Psicologia

Curso: Técnicas Expressivas para Liberar o Emocional Reprimido - Abordagem de A. Lowen.
Objetivo: Aprender a solucionar o conflito psicológico usando técnicas expressivas que ajudam a liberar a emoção reprimida, em conjunto com a análise.

Programa

- Medo, raiva e tristeza
- Como o corpo bloqueia a emoção
- Técnica para identificar sentimentos reprimidos
- Como liberar a emoção reprimida
- O ego deve estar envolvido na expressão
- Técnicas expressivas. Prática
- Critérios para expressar emoções com efeito terapêutico
- Análise de casos

Data: Setembro de 2007 **Local:** Av. Jabaquara, 2002 - cj. 12 - Metrô Saúde - São Paulo - SP - Informações e inscrições: Fone (11) 5594-4173.
Apresentador: Gounod Oliveira Jr. - Psicoterapeuta e Psicodramatista - CRP 33626



Psicologia Ambiental, especialidade que ganha campo

Disciplina, ainda pouco estudada, é fundamental para entender as influências do ambiente no comportamento humano

Pare e reflita: você se comporta da mesma maneira em ambientes diferentes? Como você é no trabalho e como você é na sua casa? Como você trata as pessoas no trânsito e como você as trata na academia? A mesma pessoa que é tão agressiva em uma circunstância pode ser muito amável em outra. Por que? O que define o comportamento, a reação de cada um? São questões como essas de que se ocupa a Psicologia Ambiental, uma especialidade relativamente nova, que ainda tem baixa representatividade no Brasil, mas nem por isso pouco importante. Nascida na primeira metade do século XX, a partir de teses comportamentalistas, de reflexões a respeito da essência instintiva ou não da humanidade e, também, da teoria da Gestalt, a Psicologia Ambiental trata das inter-relações entre o indivíduo e o ambiente, seja este construído ou natural, urbano ou rural. “Com a emergência da consciência ambiental, na segunda metade do século passado, foram incorporadas as temáticas da ecologia e da degradação ambiental, que se juntaram a outras questões como os direitos humanos, a migração e a democracia. Todos (esses) objetos de estudo para o psicólogo ambiental”, diz a professora Eda Terezinha de Oliveira Tassara, do Instituto de Psicologia da USP. Isto é, o ambiente de que se fala não se restringe ao meio-ambiente ecológico, mas compreende também espaços como uma casa, um condomínio, um bairro, uma cidade, com dimensões e características diversas.

Uma característica fundamental é a comunicação com outras áreas de estudo, como arquitetura, urbanismo, engenharia, geografia, sociologia e antropologia social e urbana, já que todas contribuem para compreender a organização do espaço e sua influência sobre o comportamento humano. Devido a esse caráter interdisciplinar, Hartmut Günther,

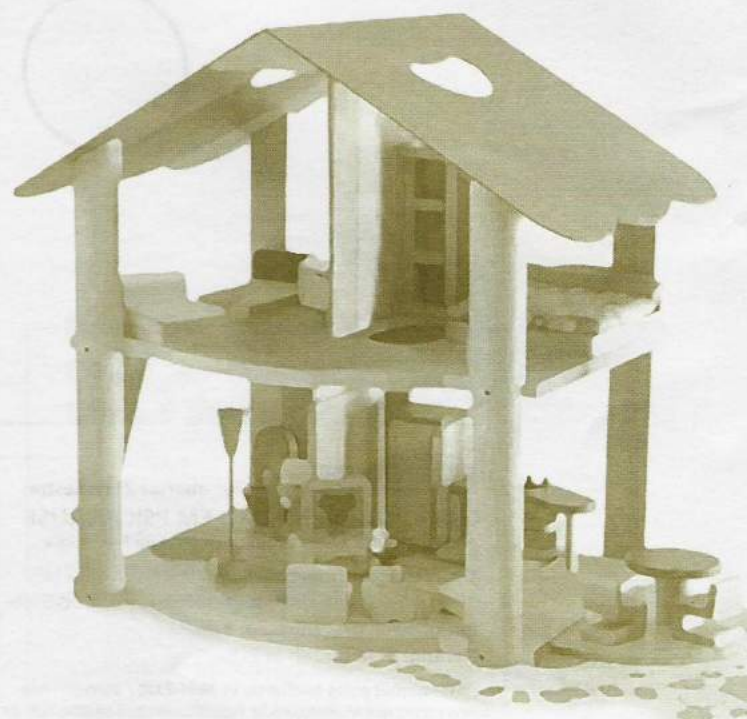
professor e coordenador do laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de Brasília, orienta que, além da formação em Psicologia, o profissional que deseja atuar neste ramo precisa acumular conhecimentos específicos em uma dessas outras especialidades. O estresse do paulistano, por exemplo, é uma temática que caberia a profissionais de todos esses ramos, pois cada um na sua especialidade pode refletir e procurar soluções para o problema.

Eda Terezinha, que coordena o Laboratório de Psicologia Sócio-Ambiental e Intervenção da USP, explica que existem diversas formas de aplicação da Psicologia Ambiental, que incluem de metodologias participativas à observação do comportamento humano. “Em Cunha, no interior do Estado, estamos desenvolvendo projeto com metodologia mista. É um trabalho de conscientização daqueles habitantes a respeito do território de ocupação e, ao mesmo tempo, compreensão do jeito rural de ser daquela sociedade”, diz. Ela conta ainda que o Laboratório, que já tem dez anos, está desenvolvendo projetos de políticas públicas para o Ministério do Meio Ambiente e para o Ministério do Trabalho. Sinal de que a especialidade está ganhando reconhecimento.

Mara Campos de Carvalho, professora da USP de Ribeirão Preto, dá outros exemplos de como se pode trabalhar sendo um psicólogo ambiental. “Estamos pesquisando a qualidade do ambiente infantil nas creches da região. Além disso, tenho alunos desenvolvendo estudos sobre o ambiente de moradia dos estudantes no Campus; sobre o comportamento de profissionais que, mesmo contratados por uma empresa, trabalham em casa, e também o estudo de quilombos.”

Contudo, os cursos preparatórios ainda são escassos. Há poucas universidades com pós-graduação específica em

Psicologia Ambiental, como a Universidade de Brasília. “Geralmente, assim como acontece na USP, é uma matéria eletiva ou está dentro de alguma outra disciplina”, diz Eda Terezinha. Os cursos mais fortes estão mesmo no exterior como a Universidade René Descartes, em Paris. Para ela, hoje existem demandas que os currículos não contemplam. O grupo do laboratório que coordena conta com não mais do que 30 profissionais. Em Ribeirão Preto, Mara teme que, ao se aposentar, não exista outro docente que possa substituí-la. “Da década de 70 para cá, vimos que a especialidade está se firmando, mas ainda é um crescimento muito lento em relação a outros países”, preocupa-se. ●



Testes psicológicos: uma ferramenta útil se bem aplicada

CFP lança Carta Aberta sobre o assunto para orientar a categoria e a população sobre seu uso

Porte de arma, cirurgia bariátrica, cirurgia de readaptação sexual, seleção em departamentos de recursos humanos, são apenas algumas das situações em que o psicólogo pode se valer de uma avaliação psicológica para auxiliá-lo a chegar a um diagnóstico e a uma conclusão adequada. Mas há critérios para aplicar esses testes. O primeiro deles é que sejam aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia.

Para prestar esclarecimentos aos psicólogos e à população em relação aos testes psicológicos, o CFP divulgou, no primeiro semestre do ano, a Carta Aberta sobre Testes Psicológicos. O texto tem por objetivo esclarecer a categoria e informar a população sobre a regulamentação referente à avaliação psicológica que tem como um dos seus recursos o uso de testes psicológicos destacando a importância de que eles sejam utilizados exclusivamente pelos psicólogos. "Um teste que não seja aplicado de maneira adequada traz uma série de prejuízos", afirma Acácia Aparecida Angeli dos Santos, conselheira e representante do CFP na Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica.

Em 2001, foram criadas, pelo CFP, as normas para a aplicação dos testes. "Naquela ocasião, havia cerca de 250 testes psicológicos comercializados no Brasil. Apenas 20% foram considerados adequados", lembra Acácia. Uma parte deles passou por ajustes técnicos e científicos e posteriormente acabou sendo aprovada pelo CFP. "No momento, há 90 testes analisados pela comissão de especialistas e aprovados pelo CFP", diz. Por conta de tantas inadequações, todos os testes passaram a ser avaliados obrigatoriamente por essa Comissão antes de se-

rem liberados para o uso pelos psicólogos.

Ainda assim, hoje persistem problemas com os testes psicológicos, seja pelo seu uso por profissionais não habilitados, seja pela aplicação de testes não reconhecidos cientificamente. Segundo a conselheira do CRP SP, Maria Cristina Pellini, muitos casos, por exemplo, são de testes estrangeiros traduzidos e colocados em uso no país, mas sem nenhuma adaptação à realidade brasileira. "Nesses casos, o usuário é prejudicado por acreditar que está comprando um serviço profissional. Na verdade, está sendo avaliado por pessoas sem formação nem qualificação requeridas para fazer a avaliação", afirma ela.

Maria Cristina Pellini diz ainda que se verifica uma proliferação de uso de testes em consultorias de RH, ora estrangeiros ora por elas desenvolvidos, sendo que estas oferecem cursos também a profissionais não-psicólogos sob a proposta de utilizarem estes testes em processos seletivos. Muitas acreditam que seus instrumentos não se configuram como teste psicológico. No entanto, muitas vezes são considerados como tal. Segundo o art. 1º da Resolução CFP 02/03, "*testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras...*". Os instrumentos de avaliação psicológica que se enquadram dentro desse conceito estão restritos à utilização pelos psicólogos e após a obtenção do 'parecer favorável' do CFP.

Para a tesoureira do CRP SP, Ana Paula Jardim, é importante ressaltar que os testes psicológicos são de uso privativo dos psicólogos. "Os testes que foram considerados favoráveis pela comissão não podem ser utilizados por outros profissionais, ou eles estarão incorrendo em exercício ilegal da profissão", alerta.

Ana Paula ressalta que o teste psicológico sozinho não determina a avaliação. "Ele é um instrumento que o profissional pode usar no processo de avaliação. Mas outros instrumentos, como entrevista, por exemplo, também

fazem parte do processo", afirma. Por isso, segundo ela, somente o psicólogo pode aplicar e usar o instrumental privativo no processo de avaliação psicológica.

Para ela, o psicólogo que se interessa por utilizar este recurso deve buscar uma formação continuada. "Na formação universitária, o psicólogo aprende a lidar com os testes, mas normalmente é de maneira mais geral. Por isso, é importante que o profissional busque uma especialização, um curso, ou mesmo um supervisor para qualificá-lo a fazer a avaliação e aplicar os testes com qualidade", Ana Paula justifica. "Não há exigência formal para que o psicólogo tenha uma especialização para poder realizar a avaliação psicológica, mas é uma atividade de muita responsabilidade. Por isso, ele deve estar consciente de que deve se preparar o melhor possível."

É importante que antes de fazer um curso sobre algum instrumento de avaliação psicológica, seja verificado se este consta na lista de testes com "parecer favorável" do CFP. Caso não conste, o psicólogo deverá estar ciente que somente poderá utilizá-lo para fins de pesquisa, até sua aprovação.

Uma avaliação que não seja bem feita acarreta uma série de prejuízos para o usuário. "Ela pode conduzir a um resultado totalmente inadequado", alerta Acácia. Maria Cristina Pellini dá exemplos: em um processo seletivo ou concurso público, o candidato pode não ser recomendado para assumir um cargo; o motorista pode se envolver em acidentes por receber carta de habilitação sem ter a aptidão necessária; o candidato ao porte de arma, sem ter os requisitos necessários, pode acarretar riscos para si próprio ou para a sociedade.

"Quando a avaliação psicológica for realizada, é preciso garantir que os instrumentos utilizados estejam de acordo com as normas adotadas pelo CFP para evitar que haja distorções no resultado e prejuízo às pessoas", afirma Maria Cristina Pellini.

Todas as resoluções e a lista dos testes psicológicos favoráveis podem ser encontradas no site do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), no endereço www.pol.org.br/satepsi. O CRP SP também está à disposição para prestar orientações ou acolher representações sobre testes psicológicos. ●



Psicólogo em emergências e desastres: fundamental no século 21

Simpósio no Vale do Paraíba mostra a importância do especialista em gestão de risco, em tempos de aquecimento global

A incidência de desastres em áreas de risco no interior paulista pode diminuir nos próximos anos com o trabalho preventivo e o envolvimento efetivo de todos segmentos da comunidade local, além da participação constante do psicólogo especializado. Essa previsão otimista se torna possível diante dos resultados do I Simpósio Multiprofissional em Emergências e Desastres e do I Encontro da Psicologia em Emergências e Desastres do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira. Os encontros, realizados nos dias 22 e 23 de junho último em São José dos Campos, atingiram os objetivos de aprofundar a questão, segundo avaliaram os organizadores - o Conselho Regional de Psicologia, através da subseção do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Os eventos surpreenderam pela diversidade de profissionais participantes, reunindo mais de 650 pessoas, entre inscritos, palestrantes, oficinairos e expositores.

A mobilização e o grande interesse da comunidade local - incluindo psicólogos, médicos, bombeiros, policiais militares, enfermeiros, professores, assistentes sociais e até crianças de uma aldeia indígena - tornaram-se um fator motivador para a capacitação do psicólogo em emergências e desastres - uma especialização ainda não consolidada e muitas vezes confundida com a do profissional que atua no luto. A diferença básica, avaliaram os debatedores, é que o psicólogo de emergências deve ter um papel atuante na prevenção dos desastres em áreas de risco e na reconstrução de comunidades atingidas por ocorrências que geram sempre um grande sofrimento. Uma das iniciativas principais em andamento é o apoio à ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) para inclusão da atividade na grade curricular das universidades e em cursos de especialização, além de levar a matéria para os estudantes de ensino básico.

Além de investir na capacitação do psicólogo na área, os participantes concluíram ser fundamental o contínuo apoio ao fortalecimento e criação de novos grupos dos Nudecs (Núcleo Comunitários de Defesa Civil). É também de consenso a necessidade de se realizar mais oficinas multiprofissionais sobre saúde mental, envolvendo socorristas, bombeiros, enfermeiros, médicos, policiais militares e outras profissões envolvidas diretamente com emergências e desastres. "Nesse evento propositivo, vale destacar a presença de representantes das comunidades da região, associações de bairros e culturais, que participaram ativamente das oficinas e palestras, trabalhando junto aos técnicos para a construção de comunidades mais seguras. Também importante a participação das crianças, atuando dentro do espaço de atividades lúdicas sobre a prevenção de situações de risco. Foi emocionante também ver a apresentação folclórica, em idioma guarani, de 16 crianças de uma aldeia indígena de Ubatuba, que abordaram a cultura local e a preservação do meio ambiente", afirma Elda Dunley, coordenadora da Comissão Gestora da subseção do Vale do Paraíba do CRP SP.

Segundo ela, a possibilidade de realização de várias atividades, que foram realizadas no evento, obteve o apoio fundamental de entidades, como o Conselho Federal de Psicologia, a Secre-

taria Nacional de Defesa Civil, a ABEP, o Colégio Brasileiro de Cirurgiões, além de entidades privadas. "Tivemos grande apoio da Secretaria de Saúde e Educação da prefeitura de São José dos Campos e uma colaboração importante do Comando da Polícia Militar do Interior I e da Regional Defesa Civil do Interior III (Redec). O único fato a lamentar foi a pouca participação de gestores públicos dos 39 municípios da região", acrescenta Elda.

O documentário "Catástrofe 1967", produzido pela Encruzilhada Filmes, sobre o efeito devastador de um deslizamento de terra em Caragatatuba, serviu de base para a maior parte dos debates. "É chocante constatar, ao vermos o filme, que o risco na região aumentou após quatro décadas, com a triplicação do número de construções irregulares nas encostas da serra", alerta a conselheira do CRP SP.

Para muitos profissionais do evento, foi possível repensar o papel do psicólogo em emergências e desastres, que era visto erroneamente, muitas vezes, como atuante apenas na resposta ao desastre já no apoio psicológico assistencial às vítimas e familiares. "Foi de grande relevância a abordagem dentro da perspectiva preventiva e social, de que esse psicólogo deve atender em todas as etapas; desde a prevenção até a reconstrução da comunidade afetada", avalia Ângela Elizabeth Lapa Coêlho, psicóloga, professora e vice-coordenadora do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande (MS).

"Se focarmos apenas na resposta, limitamos as possibilidades de atuação do psicólogo. A prevenção envolve toda a fase anterior, quando há dificuldade na percepção de risco e da necessidade dessa prevenção. O desafio é a sensibilização sobre a vulnerabilidade dos locais e o risco ocorre em regiões de todos os Estados, como se pode constatar no site da Defesa Civil", afirma a professora.

Ângela Elizabeth lembra que a prevenção envolve questões amplas e diversas, como jogar lixo na rua - incidente que gera impacto grande durante as chuvas torrenciais ao entupir as bocas de lobo. "E isso ocorre também com pessoas de alto poder aquisitivo; e muitas pessoas associam o fato a comunidades com baixo poder aquisitivo. As pessoas de classes mais favorecidas também ignoram o perigo e precisam ser incluídas nas estratégias de prevenção. O problema está em muitas vezes se escolher grupos para direcionar os esforços de prevenção quando a prevenção deveria ser uma preocupação para todos."

Para a professora, a meta agora é possibilitar a capacitação do psicólogo de emergências e desastres, por intermédio da ABEP e do CFP, assim como incluir a matéria dentro da grade curricular dos Cursos de Psicologia. "Já realizamos oficinas regionais da ABEP sobre o assunto em Porto Velho e Palmas. E, após o simpósio no Vale do Paraíba, houve interesse de outros núcleos da ABEP para mais oficinas. É a partir destas discussões que identificamos lideranças para continuar essa rede, causando um efeito multiplicador no meio profissional", acredita Ângela.

Representando a Secretaria Nacional de Defesa Civil nos debates, a psicóloga Daniela Lopes - que é também bombeira formada - lembra que o sucesso do simpósio de São José dos Campos foi maior por causa da objetividade da discussão, principalmente separando e definindo cada

uma das quatro fases nas emergências: prevenção, preparação, resposta e reconstrução. "Foi importante focarmos na construção da percepção do risco na comunidade. E o simpósio conseguiu levar a questão para diferentes áreas de saber - médicos, bombeiros, policiais, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, entre outros envolvidos", explica.

Em relação ao papel do psicólogo, Daniela Lopes acredita que o evento foi fundamental para mostrar a urgência para a especialização do psicólogo na área. "Não existe ainda um profissional com uma visão específica em gestão de risco, que é bem diferente do atendimento de luto. Têm saberes da Psicologia que podem ser usados, mas não atendem completamente à gestão das áreas de risco. É necessária uma visão articulada, que contribua para a mobilização comunitária nessas regiões." Segundo a psicóloga, até as mudanças climáticas contribuíram para criar novas áreas de risco onde vivem populações ainda não preparadas para esses desastres naturais, como é o caso da seca na Amazônia.

"Esses novos problemas aumentam a necessidade de profissionais para essas comunidades despreparadas. Elas precisam dos psicólogos especializados em gestão de risco", enfatiza. Além dos desastres naturais, Daniela Lopes lembra que há áreas comunitárias, como na região Sudeste, que estão sujeitas quase diariamente a desastres de produtos químicos, por estarem próximas a grandes rodovias ou áreas industriais. "Essas comunidades também necessitam de profissionais para a construção da chamada percepção de risco", acrescenta.

Para a psicóloga Lucelita Maria Alves, secretária executiva da Defesa Civil do Tocantins, o simpósio teve o mérito de mostrar a importância dos profissionais de emergências para as políticas públicas locais de prevenção e socorro, dentro de um trabalho interdisciplinar. "No Brasil há grande número de comunidades residentes em áreas de risco. Essa condição de vulnerabilidade está associada a fatores sociais, econômicos e políticos. E pode ser constante ou ocasional de acordo com a probabilidade de ocorrência de eventos adversos", lembra. Ela salienta que os desastres provocam danos que vão muito além dos humanos, materiais e ambientais. "Há efeitos que podem contribuir, para o comprometimento do tecido social, destruindo vínculos familiares e comunitários. Ou seja, há uma dimensão subjetiva que precisa ser atendida também", explica.

Lucelita lembra que a discussão sobre Psicologia das Emergências e Desastres é recente no Brasil. "A inserção do psicólogo nessa área, a partir da política nacional de Defesa Civil, deve se dar de forma sistematizada, com a construção de referências técnicas para a sua atuação profissional." Para ela, o simpósio da subseção do Vale do Paraíba e Litoral Norte fortaleceu a premissa de se investir na etapa preventiva. "A ênfase nessa construção de referências deve ser a prevenção, tanto na formação do psicólogo para atuar em emergências e desastres, quanto na prática profissional. Pois a construção de comunidades mais seguras não é uma medida somente política, possível a partir de projetos e programas. É uma construção mais complexa, que demanda medidas preventivas e preparatórias para emergências", sugere ela. ●

Inclusão Digital: governo tenta agilizar compra de *laptops*

Além da questão de preço, a licitação dará preferência aos equipamentos que oferecerem melhores recursos pedagógicos

Muito mais do que permitir às crianças carentes o acesso a computadores na sala de aula, o programa de inclusão digital do governo federal pretende buscar a tecnologia que atenda a todos os requisitos funcionais para o uso pedagógico. Por essa razão, o projeto-piloto de aquisição de 150 mil laptops, anunciado há alguns meses, passa hoje por um atraso estratégico, para garantir tal funcionalidade. A informação é de José Guilherme Ribeiro, responsável pelo andamento do projeto e atualmente diretor do Departamento de Infra-Estrutura e Tecnológica da Secretaria de Educação a Distância (órgão específico do Ministério da Educação).

“É preciso atender aos novos paradigmas da educação. Estamos com grupos de trabalho – pedagogos e psicólogos que apóiam as experimentações em escolas públicas em cinco cidades escolhidas para os testes preliminares de conceitos e usos pedagógicos, envolvendo alunos, professores e comunidade escolar. Precisamos garantir que as novas máquinas e seus sistemas operacionais sejam totalmente adequados para o uso pedagógico. Por exemplo, verificar se o software para a criança construir uma solução multimídia, é bom ou não. Por essa razão, é necessária essa amostragem para se definir o modelo de uso”, explica Ribeiro.

Os grupos de pedagogos executam os testes em escolas públicas das cidades de Pirai (RJ), São Paulo, Palmas (TO), Brasília e Porto Alegre. Além de cuidar da formação do estudante, a meta do grupo é capacitar os professores na fase-aula. Nelas, os grupos de trabalho testam três modelos de laptops populares: o XO (desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology para a Organização One Laptop per Child) que deve custar US\$ 150; o ClassMate (da Intel, por US\$ 400) e o Mobiles – da empresa indiana Encore Software, que custa US\$ 230.

Além do Brasil, outros países em desenvolvimento assumiram o compromisso de levar computadores portáteis de baixo custo para os estudantes: Uruguai, Líbia, Ruanda, Paquistão, Tailândia, entre outros. A meta mundial do projeto de inclusão digital é permitir que alunos e professores de ensino básico promovam uma verdadeira revolução na educação, além de estimular a indústria na fabricação dos equipamentos populares.

O diretor da Secretaria de Educação a Distância afirmou que o número inicial divulgado pelo Governo, de comprar 150 mil laptops populares, pode ser reduzido ou ampliado. “Definir a tecnologia e a quantidade dependerá também do custo final. Tudo é possível; nada ainda está fechado”, ressalva.

Pela previsão do MEC, o projeto UCA poderá chegar às primeiras escolas da rede pública já no início do próximo ano letivo. O público-alvo vai desde o ensino fundamental ao ensino médio. “A equipe do projeto-piloto está muito otimista, porque são mudanças paradigmáticas na educação. Vários passos adiante e muitos conceitos a serem adequados. A mudança não atingirá apenas a realidade do aluno e do professor, mas também dos gestores escolares, diretores, orientadores pedagógicos e colaboradores”, afir-

ma Ribeiro. “O que não queremos é um processo viciado, que engesse o modelo a ser replicado. Tem de garantir auto-sustentabilidade”, conclui o diretor técnico.

Pedro Andrade, membro da equipe de trabalho do projeto “Um computador por aluno”, cita alguns dos requisitos pedagógicos. Em primeiro lugar, a mobilidade e a conectividade que influir na organização do “espaço e tempo” escolar, dentro de uma visão pedagógica e curricular. Também serão levadas em conta as formas pedagógicas que possam apoiar o trabalho intelectual do aluno e do professor. “Além disso, queremos a garantia de estar criando uma nova dinâmica que sirva como referência a mudança da qualidade em educação. Enfim, uma nova cultura.” Ele afirma que outra exigência do governo é que as máquinas garantam à escola o uso de outros programas de software livre. “A dire-

triz principal é da liberdade dos softwares, sem limites de acesso e sem custos para o trabalho comunitário”, salienta o professor, lembrando, como exemplo, o programa Moodle, desenvolvido na Austrália e que hoje é usado livremente para a educação a distância.

No trabalho de apoiar a capacitação dos professores, o professor diz ter testemunhado momentos emocionantes na fase inicial. “Assisti a uma dessas experiências numa escola em Parada de Taipas, em São Paulo, no último dia de 12 de julho. Embora em férias, havia um número de alunos e professores envolvidos para apresentar o projeto. Uma das estudantes disse assim à professora Léa Fagundes, maior autoridade do projeto: ‘estou me sentindo muito importante em participar’. Quer dizer, essa nova dinâmica vai melhorar até a auto-estima dos alunos”, analisa Andrade. ●

“A máquina tem recursos para ampliar as consciências e libertar o pensamento”

A professora Léa Fagundes, coordenadora do Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é uma das entusiastas do Projeto UCA e está coordenando os testes com o equipamento numa escola pública de Porto Alegre. Em entrevista ao jornal PSI, ela traça um paralelo entre os objetivos do projeto mundial do laptop a US\$ 100, lançado pela Ong One Laptop per Child (OLPC), e de sua versão brasileira, apoiada pelo governo federal.

PSI: Qual o propósito do projeto?

Léa Fagundes: É preciso voltar no tempo e lembrar que começamos com a introdução do computador na escola na modalidade “um computador para muitos alunos”. Em primeiro lugar, porque só existia o PC que era muito caro. Segundo: ainda não havia laptops e, quando eles surgiram, eram ainda mais caros. Nessa modalidade, acabávamos instalando laboratórios nas escolas. Mas com o desenvolvimento das tecnologias, o PC foi diminuindo de preço e pudemos aumentar o número de máquinas nos laboratórios escolares. Entretanto, os resultados foram insatisfatórios, porque os alunos tinham muito pouco tempo para interagir com a tecnologia e os melhores resultados surgiram somente nesses laboratórios. A razão? Porque as salas de aulas não mudam e continua o ensino tradicional massificante, a ilusória transmissão!

PSI: E qual foi o grande passo para mudar essa mentalidade?

Léa: Em 2005, pesquisadores do LabMedia no MIT começaram a desenvolver um novo protótipo que não é um PC pequeno e mais barato. Trata-se de um novo computador que vem materializar o sonho que Seymour Papert expressou em seu livro dos anos 90 – “A Máquina das Crianças”. Foi desenvolvido para ser móvel e de muito baixo custo – não para o mercado, pois é um projeto educacional. Não foi inventado para ser vendido, mas para que os governos dos países pobres e populosos os distribuam nas escolas públicas!

PSI: Esse é o modelo ideal para as escolas públicas?

Léa: As inovações de que as escolas precisam para oferecer educação adequada à nova cultura da sociedade do conhecimento consistem claramente na inclusão da escola na cultura digital. A tecnologia deve garantir a cada sujeito o acesso aos recursos e a apropriação para usá-los, a serviço do desenvolvimento pessoal e social.

PSI: Em que fase o projeto se encontra?

Léa: O projeto original, liderado por Nicholas Negroponte, está encontrando muitas dificuldades para ser implantado, porque depende de iniciativa de investimentos dos governos e será preciso correr riscos! A proposta era uma produção massiva e os governos enfrentam oposições, porque a Escola é uma instituição que rejeita a incerteza. Justamente, a esperança era de que a Índia, a China, o Brasil e os países da Ásia e da África mais populosos pudessem aderir ao projeto, porque só uma grande encomenda poderia garantir a alta qualidade e o preço baixíssimo. E as encomendas soam tímidas.

PSI: O governo tem o poder de incluir digital e socialmente?

Léa: A parte mais importante do projeto não são os laptops, mas os educadores. A máquina depende totalmente de como ela vai ser usada. Será para “dar aulas”, buscando transmitir o conteúdo dos livros didáticos? Ou será um recurso para conectar o aluno à sociedade em rede? A máquina XO, da Ong OLPC, tem muitos recursos para ajudar nesses processos de ampliar as consciências e libertar o pensamento para a aprendizagem amorosa. Os professores e as famílias podem escolher estes tipos de usos.

PSI: A intenção do governo federal de abrir licitação para a compra de 150 mil laptops é paliativa ou uma atitude propositiva?

Léa: É absolutamente propositiva, pois já está buscando os governos regionais, os secretários de educação estaduais e municipais para participarem em uma dimensão nacional. As dificuldades estão no tamanho de nosso país. São cerca de 55 milhões de alunos nas escolas públicas brasileiras. Formar professores em tão grande escala e definir recursos financeiros para compras tão vultosas vai exigir muita união, conhecimento e trocas solidárias.

Conselho Regional de Psi

O processo eleitoral que elegerá a Diretoria e Conselheiros para os CRPs e a Consulta Nacional do Conselho Federal de Psicologia realizar-se-á no dia 27 de agosto das 08:00 às 20:00h para o triênio 2007/2010.

No CRP SP inscreveu-se Chapa Única 11: "Cuidar da Profissão: compromisso social e participação". Já para a consulta nacional do Conselho Federal de Psicologia, inscreveram-se duas chapas: Chapa 21 "Cuidar da Profissão" e Chapa 22 "Consolidação".

Serão eleitores os psicólogos que estiverem quites com a tesouraria, mesmo que em forma de parcelamento, até a data das eleições. Se você estiver devendo a anuidade 2006, multa, dívida ativa e/ou documentos, deverá regularizar sua situação junto ao CRP para que possa votar. Qualquer dúvida, entrar em contato com a Comissão Eleitoral.

O voto é secreto, pessoal, intransferível e obrigatório, conforme Art. 3º, parágrafo 2º do Regimento Eleitoral. Para os psicólogos acima de 70 anos, o voto é facultativo.

Assim como nas eleições de 2004, este ano o pleito será realizado em urnas convencionais e a apuração através de leitura ótica, o que viabilizará um resultado mais rápido e eficaz.

Os psicólogos residentes no município de São Paulo e cidades das subsedes receberão correspondência comunicando a

zona e seção eleitorais, onde deverão comparecer com a carteira de psicólogo (CRP) e RG para votar.

Facilitando acesso às zonas eleitorais, o local de votação foi determinado pelo endereço de cadastro. Na necessidade de alteração de endereço, solicita-se que se faça até o dia 10 de agosto pelo telefone (11) 3061-9494 ramal 110.

Seguem abaixo as Zonas Eleitorais no Município de São Paulo:

- 1º Zona Eleitoral - FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas, Avenida Santo Amaro, 1.239 - Vila Nova Conceição, CEPs 045 e parte do 046
- 2º Zona Eleitoral - SINPRO - Sindicato dos Professores de São Paulo, Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino, CEPs Parte do 040, 041 e 043
- 3º Zona Eleitoral - Universidade São Marcos (Campus Ipiranga - Unidade Santa Paulina), Rua Padre Marchetti, 235 - Ipiranga, CEPs 042 e parte do 041
- 4º Zona Eleitoral - UNIP- Universidade Paulista (Campus Chácara Santo Antonio), Rua Cancioneiro Popular, 210 - Chácara Santo Antonio, (entrada quadra do Colégio Objetivo - Rua Henry Dunan, 203 - 6º Andar), CEPs 047, 049 e 058 e parte do 046
- 5º Zona Eleitoral - UNIB - Universidade de Ibirapuera (Campus Chácara Flora), Av. Interlagos, 1.329 Chácara Flora, CEPs 044, 048 e parte do 043 e 046

- 6º Zona Eleitoral - SEDES - Instituto Sedes Sapientiae, Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes, CEPs parte do 50
- 7º Zona Eleitoral - UNIP - Universidade Paulista (Campus Marques de São Vicente), Av. Marques de São Vicente, 3001 - Água Branca, (entrada pela Rua Sara de Souza, 74), CEPs 027, 028, 029, 051, 052 e parte do 050 e 053
- 8º Zona Eleitoral - USP - Universidade São Paulo, R. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bl. G Cid. Universitária, CEPs 055, 056, 057 e Parte do 53
- 9º Zona Eleitoral - UNIP- Universidade Paulista (Campus Pinheiros) Rua Padre Carvalho, 566 - Pinheiros, CEPs parte 014 e 054
- 10º Zona Eleitoral - CRP- Conselho Regional de Psicologia, Rua Arruda Alvim, 89 - Pinheiros, CEPs parte 012 e 054
- 11º Zona Eleitoral - Administradora Regional de Santana - Subprefeitura de Santana, Av. Tucuruvi, 808 - Tucuruvi, CEPs 022, 023, 024 e 026
- 12º Zona Eleitoral - PUC - Pontifícia Universidade Católica (Campus Santana), Av. Voluntários da Pátria, 1.653 - Santana, CEPs 020, 021 e 025
- 13º Zona Eleitoral - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Rua da Consolação, 930 - Consolação, CEPs 010, 011 e parte 012
- 14º Zona Eleitoral - UNIP- Universidade Paulista (Campus Paulista), Av. Paulista, 900 - 1º andar, (entrada pelo ele-

Plataforma eleitoral para o CRP 6ª Região - São Paulo

Cuidar da Profissão: Compromisso Social e Participação

Gestão 2007-2010

CRP 6ª Região - São Paulo

O movimento Cuidar da Profissão tem representado, desde 1996, uma organização dos psicólogos, em nível nacional, com o intuito de ampliar a inserção da Psicologia no contexto social, de forma a garantir que seja uma profissão reconhecida pela sociedade pelo seu compromisso ético-político.

Entendemos que a construção de políticas públicas é fundamental para o fortalecimento da cidadania e a melhoria das condições de vida no Brasil. Os psicólogos devem estar presentes nesta luta.

O nosso objetivo é lutar por uma sociedade justa, democrática e igualitária. Cuidar da Profissão é também responder às demandas sociais mais urgentes. Apresentamos, a seguir, as propostas para a gestão 2007-2010.

Nossas Propostas

Valorização da Profissão: garantir a construção conjunta de políticas e ações, assim como o respeito à demarcação de nossa profissão, promovendo o fortalecimento da institucionalização da Psicologia como profissão no enfrentamento da diluição das áreas e da desregulamentação das práticas. Devemos trabalhar por isso, sem sectarismos ou corporativismos reducionistas.

Construção coletiva de referências para a profissão: garantir o Conselho como espaço de construção coletiva, ampliando o debate entre os psicólogos sobre suas práticas, procedimentos e instrumentos, qualificando seu papel de orientação, normatização e fiscalização do exercício profissional.

Contribuição na construção de políticas públicas: desenvolver ações que apresentem a importância da Psicologia, a partir do reconhecimento da sua inclusão em diversos setores de políticas pú-

blicas. O fortalecimento do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) insere-se neste âmbito. Além disso, visamos ampliar a participação dos psicólogos em órgãos de controle social, bem como apoiar movimentos sociais, lutando por políticas amplas e democráticas.

Organização da Psicologia: valorizar e ampliar o apoio às entidades nacionais e regionais de Psicologia, com vistas a enfrentar o desafio da organização da Psicologia como ciência e profissão.

Fortalecimento da relação entre Psicologia e Direitos Humanos: as profundas desigualdades sociais de nossa realidade, a falta de espaços democráticos em todos os âmbitos, os diferentes processos sociais de exclusão impõem que a defesa dos Direitos Humanos seja também uma prioridade. Assim, devemos participar ativamente dessa luta, bem como manter e fortalecer as Comissões de Direitos Humanos.

Psicologia - Eleições 2007

vador do Teatro Gazeta - Portaria 04), CEPs 013 e parte 014

--- 15º Zona Eleitoral - UNINOVE - Centro Universitário Nove de Julho, Rua Vergueiro, 235/249, CEPs 015 e parte do 040 e 041

--- 16º Zona Eleitoral - UNICASTELO - Universidade Camilo Castelo Branco, R. Carolina Fonseca, 584 - Itaquera, CEPs 038,080,081,082,083 e 084

--- 17º Zona Eleitoral - SITRAEMFRA - Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, ao Adolescente e a Família do Estado de São Paulo, Av. Celso Garcia, 4.031 - Tatuapé, CEPs 030,031 e 032

--- 18º Zona Eleitoral - Universidade São Marcos (Campus Tatuapé), Rua Coelho Lisboa, 334 - Tatuapé, (Entrada pelo Shopping Silvio Romero Plaza), CEPs 033,034,035 e 039

--- 19º Zona Eleitoral - Sindicato dos Metroviários, Rua Serra do Japi, 31 - Tatuapé, CEPs 036 e 037

Zonas eleitorais do interior e baixada santista:

--- 20º Zona Eleitoral - Subsede de Assis Rua Osvaldo Cruz, 47 - Vila Xavier

--- 21º Zona Eleitoral - Subsede de Bauru Rua Albino Tâmbara, 5-28 - Vl. Cidade Universitária

--- 22º Zona Eleitoral - Subsede de Campinas, Rua Frei Manoel da Ressurreição, 1.251 - Guanabara

--- 23º Zona Eleitoral - Subsede de Ribeirão Preto, Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168

--- 24º Zona Eleitoral - Subsede do Grande ABC (Santo André), Rua Almirante Tamandaré, 426 - Jd. Bela Vista - Santo André

--- 25º Zona Eleitoral - Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira, Rua Dr. Cesário Bastos, 26 - Vl. Belmiro - Santos

--- 26º Zona Eleitoral - Subsede de São José do Rio Preto, Rua Coronel Spínola de Castro, 3360 - 2º and. - Bl. B - Ed. Firenze

--- 27º Zona Eleitoral - Subsede do Vale do Paraíba, Rua Nancy Guisard, 25 - Centro - Taubaté

Os demais psicólogos, cujo município não pertença às zonas eleitorais acima citadas, deverão votar por correspondência. As cédulas para votação serão enviadas pelo correio no início de agosto. Caso você não receba seu Kit Votação até o dia 17 de agosto, ou esteja faltando algum dos itens relacionados abaixo, entre em contato com a Comissão Regional Eleitoral pelos meios citados no final deste artigo.

Composição do Kit Votação:

1. Manual de Votação
2. Cédula do Conselho Regional de Psicologia
3. Cédula do Conselho Federal de Psicologia
4. Envelope com Papeleta para depósito das cédulas
5. Envelope de Retorno

Como votar por correspondência:

- 1º Marque seu voto nas cédulas (CRP e CFP), preenchendo todo o ☐ de sua opção;
- 2º Coloque a cédula no envelope com papeleta, e lacre-o;
- 3º Preencha a papeleta com letra legível, assinando-a;
- 4º Coloque o envelope com papeleta, no envelope de retorno;
- 5º Poste o envelope com antecedência necessária em relação ao dia do pleito para incluí-lo na apuração; ou se preferir, pessoalmente em uma sessão da Zona Eleitoral mais próxima do seu município.

Os envelopes que não chegarem a tempo da apuração não serão computados enquanto voto válido, porém serão considerados no sistema para não acarretar multa eleitoral ao profissional.

Quaisquer dúvidas, entre em contato com a Comissão Regional Eleitoral pelos telefones: 11/3086-1218, 3081-9513, fax 3083-1288, e-mails: eleicoes2007@crpsp.org.br, cre@crpsp.org.br ou consulte nosso site: www.crpsp.org.br •

Aperfeiçoamento do processo de Democratização do Sistema Conselhos: entendemos que é papel do Conselho cuidar do serviço prestado e oferecido pela Psicologia à sociedade, no que diz respeito à sua qualidade e ao seu compromisso ético-político. Acreditamos ser fundamental a gestão participativa deste espaço com seriedade e transparência, garantindo que suas metas e prioridades sejam democraticamente construídas.

Apoio

A chapa "Cuidar da Profissão: compromisso social e participação", que concorre às eleições 2007 do Conselho Regional de São Paulo apresenta o seu apoio à chapa "Cuidar da Profissão" do Conselho Federal de Psicologia, encabeçada pelo psicólogo Humberto Verona (CRP-MG).

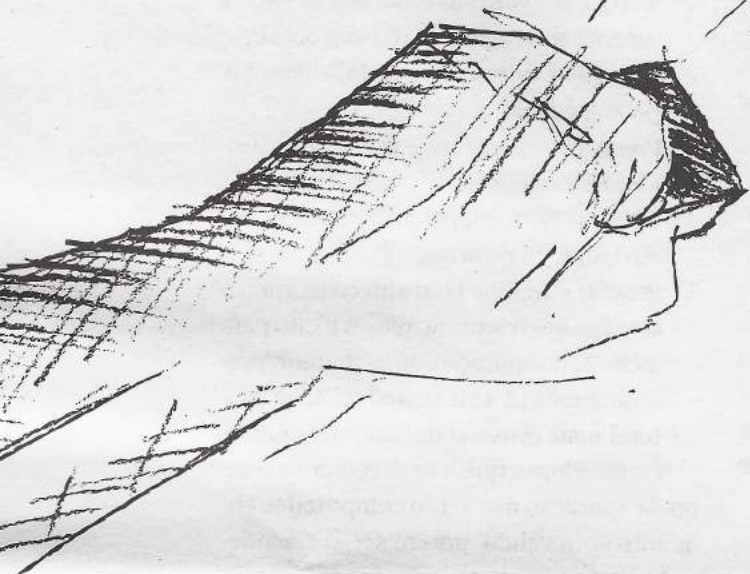
Para Conselheiros Efetivos:

Nome	CRP 06 nº
Marilene Proença Rebello de Souza	6133-5
Maria Erminia Ciliberti	22871
Andréia de Conto Garbin	52000-3
Carla Biancha Angelucci	57074
Elda Varanda Dunley Guedes Machado	21555
José Roberto Heloani	43418
Lucia Fonseca de Toledo	44624
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes	27959
Maria Cristina Barros Maciel Pellini	27071-1
Maria de Fátima Nassif	6894
Maria Izabel do Nascimento Marques	0986
Mariângela Aoki	8576
Patrícia Garcia de Souza	58613
Sandra Elena Sposito	49858
Vera Lucia Fasanella Pompilio	10106

Para Conselheiros Suplentes:

Nome	CRP 06 nº
Adriana Eiko Matsumoto	66765
Beatriz Belluzzo Brando Cunha	2011
Carmem Silvia Rotondano Taverna	2756
Fabio Silvestre da Silva	53133-7
Fernanda Bastos Lavarello	77743
Leandro Gabarra	68098
Leonardo Lopes da Silva	74870
Lilian Martins da Silva	50050-3
Luciana Mattos	50988-2
Luiz Tadeu Pessutto	15401
Lumena Celi Teixeira	24841-8
Maria de Lima Salum e Moraes	0050
Oliver Zancul Prado	55700-1
Silvia Maria do Nascimento	29090
Sueli Ferreira Schiavo	4327

Mídia e subjetividade, a Psicologia na busca de respostas



Seminário no Rio de Janeiro permitiu o debate da categoria sobre um tema que preocupa a profissão e tem impacto na coletividade

Nos dias 28 a 30 de junho, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, os psicólogos se reuniram para jogar luz num tema que vinha ocupando as agendas da categoria, mas nunca recebera o devido tratamento. Foi realizado pela ABEP, pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro o "I Seminário Mídia e Psicologia - produção de coletividade e subjetividade".

Embora a Psicologia já estivesse engajada em debates que tratam de temas como a democratização da comunicação e o controle social do que se faz para garantir direitos já estabelecidos, Maria da Graça Marchina Gonçalves, ex-presidente do CRP SP, lembra que pela primeira vez, a Psicologia, de maneira organizada, articulou-se para assumir um posicionamento mais político sobre essa questão. Para ela, foi um avanço no sentido de reafirmar o apoio, de maneira mais sistemática, às iniciativas que garantam os direitos já constituídos (veja documento tirado no seminário).

A psicóloga Maria de Fátima Nassif, responsável pelo núcleo Mídia e Psicologia do CRP SP, avalia que pelo clima de entusiasmo e pelo número de participantes - foram apresentados 94 trabalhos e inscritas 407 pessoas -, o evento comprovou a atualidade do assunto e a necessidade de a profissão se aprofundar no entendimento de quanto e como os meios de comunicação

de massa influenciam a subjetividade e a coletividade. "Os psicólogos perceberam que a mídia perpassa todos os níveis de relação da sociedade moderna. Faz parte de nossa cultura", diz ela.

Marcos Ferreira, presidente da ABEP, justifica o evento, pelo fato de os meios de comunicação terem um reconhecido e importante papel da constituição da subjetividade coletiva, mas até então pouco questionada. "O evento faz uma chamada geral para a categoria discutir o que sabemos e o que precisamos saber sobre o papel da mídia na constituição dessa subjetividade. Não podemos nos fiar na produção de mass media que existe nos Estados Unidos e na Europa, para não repetirmos análises que não se adequam à realidade da América Latina", diz.

O presidente da ABEP acredita que haja no Brasil, por exemplo, muito conhecimento acumulado na área da mídia. Mas observa que esses estudos, empenhados por psicólogos, não foram, em sua maior parte, catalogados como pesquisas na área da Psicologia de Comunicação. Para ele, a maior parte dos colegas que trabalharam nesse campo, acabou, de alguma maneira, não se sentindo psicólogo. "Tal sentimento era aflorado mesmo que essas investigações científicas tenham recebido uma alta carga do conhecimento psicológico", ressalta.

O seminário do Rio de Janeiro tem, nesse sentido, para Marcos Ferreira, um pro-

Trabalhos apresentados no Evento

Áreas	Oral
A constituição de sujeitos: a tensão entre ficção e realidade	10
A contribuição da psicologia para a mídia de resistência	3
A produção subjetiva: a tensão entre cidadania e alienação	1
A tecnologia das mídias: a relação dos sujeitos com os meios técnicos de comunicação	10
Educação para a mídia	4
Ética e pensamento na produção de subjetividade	7
Mídia e produção de subjetividade: o poder da mídia	11
Mídia e produção de subjetividade: questões da cultura	12
Mídia e produção de subjetividade: questões da infância e adolescência	18
Mídia e produção de subjetividade: questões da violência	12
Mídia e produção de subjetividade: questões do racismo	2
Publicidade e a produção de subjetividade	4
Total	94

pósito claro de chamamento da categoria para que os profissionais que têm interesse ou trabalham na área se reúnam num coletivo nacional da Psicologia brasileira. “Assim, será possível estabelecer planos de trabalho, linhas de pesquisa e conduta para transformar esse tema num campo importante da profissão”, afirma.

Segundo ele, o evento teve o propósito de - além de trazer para o centro do debate um assunto até então periférico -, quebrar tabu e abrir os olhos de colegas de que eles são psicólogos quando exercem estudos sobre mídia e não profissionais de atividades de outras áreas. “Queremos que esse tema ganhe relevância no nosso meio. Que os psicólogos se reúnam no coletivo para a construção de um trabalho sistemático, criterioso e importante como parte do discurso da Psicologia Social”, reforça Marcos Ferreira.

Esse discurso, para o presidente da ABEP, passa necessariamente pelo repensar a classificação indicativa na televisão, o controle social do sistema e o monopólio da circulação das informações em nome da pluralidade de opiniões, da proteção das crianças e adolescentes expostas a mensagens inapropriadas dos programas das emissoras e de conteúdos mais educativos e imparciais.

Segundo Maria de Fátima Nassif, os psicólogos já atuam em frentes como a da campanha contra a baixaria, contra o monopólio, na defesa dos direitos humanos e dos princípios do ECA, mas pretendem ir mais fundo e compreender o grau de interferência dessa relação, que cresce na mesma medida em que cresce a importância da mídia na formação da opinião pública, na definição de ações sociais e na própria organização das instituições. “O quanto ela molda é o que estamos tentando entender”, admite. “Estamos nos debruçando sobre esse assunto, porque é consenso que essa influência é grande. Os parâmetros para essa intervenção da Psicologia ainda estão

sendo construídos”, comenta. “É preciso que haja incentivo à pesquisa nessa área para os psicólogos”, espera.

Maria da Graça, por sua vez, diz que a Psicologia tem conhecimento acumulado em alguns temas da mídia, sobre como ela impacta as crianças, por exemplo. Mas esse saber, hoje, seria insuficiente. “É preciso compreender o processo, de maneira mais ampla, de como as pessoas são afetadas pelos meios de comunicação de massa e percebem o mundo em função dessa exposição. De como elas reagem à massificação de visões parciais da realidade brasileira - visões que, muitas vezes, desrespeitam os direitos humanos e as particularidades de grupos sociais, interferindo na coletividade”, afirma. “A Psicologia pode e deve perseguir tudo isso e oferecer saberes que ajudarão a compreender melhor essa relação.”

Maria de Fátima Nassif acredita que a Psicologia tem clareza de que pode intervir nesse quadro. A Psicologia assumiu essa responsabilidade, porque entende que não pode se omitir. Temos que contribuir com nossa especificidade”, diz ela. Essa intervenção seria no conteúdo da programação das emissoras e no questionamento da atual estrutura da mídia. Para Marcos Ferreira, se a mídia tem o poder de interferir na subjetividade, a nação tem que rever o atual sistema”, enfatiza.

Marcos Ferreira reconhece que a Psicologia não tem força para alterar esse quadro, mas, a partir do seminário do Rio de Janeiro, se mostrou disposta a integrar forças no campo social que vão nessa direção. Ele considera importante a convocação de uma conferência nacional de comunicação social, igual ao que aconteceu na área da saúde - da qual resultou a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) - para que se tenham pelo menos perspectivas de mudança. “É preciso discutir a aplicação de políticas públicas para a comunicação”, afirma.●

Emissoras de TV podem se autoclassificar, diz portaria

A decisão do Ministério da Justiça de revogar a portaria anterior, revoltou as entidades de classe, que defendiam mais rigor contra programas inadequados às crianças. Somente as emissoras de televisão decidirão que programação é mais adequada para crianças e adolescentes no Brasil. Pelo menos é o que determina a portaria publicada pelo Ministério da Justiça no último dia 12 de julho. A decisão do Ministério foi um balde de água fria para as entidades de classe, participantes do movimento favorável à classificação indicativa. Cedendo à pressão das próprias emissoras de televisão - que alegavam ver riscos de censura na portaria 264, já vigente desde fevereiro passado - o ministro Tarso Genro assinou a portaria 1.220, que outorga às TVs o poder de “autoclassificação indicativa” de seus programas.

Uma alteração positiva é o novo sistema de reclassificação em caráter de urgência. Antes da portaria 1220, um programa era advertido sete vezes antes de ser reclassificado - e muitas vezes saía do ar antes do fim do processo. Agora, são somente duas advertências até a reclassificação.

Quem deseja manifestar seu protesto contra a retirada da portaria original 264/2007 de Classificação Indicativa deve enviar e-mail para snj@mj.gov.br, digitando seu nome e CPF logo no início do corpo da mensagem.

Carta do Rio de Janeiro

Ao final do seminário, foi aprovado um documento que reforça a posição da Psicologia brasileira em relação a temáticas nas quais já estava engajada e estabelece um compromisso da categoria frente às questões relacionadas aos meios de comunicação de massa no país

“Os psicólogos e interessados na área de Comunicação Social, reunidos no 1º Seminário Mídia e Psicologia, realizado em junho de 2007, no Rio de Janeiro, sob organização das entidades Conselho Federal de Psicologia, CRP do Rio de Janeiro e ABEP reafirmam sua inserção nesta discussão, indicando as seguintes proposições na formação de uma rede comprometida com a implementação de três frentes de trabalho:

1) Prática profissional:

Estimular e incentivar o desenvolvimento de práticas do profissional de Psicologia nas interfaces de mídia e subjetividade.

2) Pesquisa:

Estimular a criação de linhas de pesquisa com abrangência em mídia e Psicologia nos cursos de graduação e demais níveis de formação.

3) Política:

- Convocação da Conferência Nacional de Comunicação Social, para 2008, que garanta uma ampla e democrática participação dos diversos setores da sociedade;*
- Fortalecimento do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações - FNDC, e de demais iniciativas de luta pela democratização da comunicação;*
- Pelo desenvolvimento de mecanismos de controle social das mídias;*
- Pelo fortalecimento da Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”.*
- Pela afirmação da necessidade de se estabelecer uma política de classificação indicativa para os produtos audiovisuais, de acordo com a Portaria 264/2007 do Ministério da Justiça, conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;*
- Pelo fim da repressão às Rádios Comunitárias;*
- Pela ampliação dos debates sobre a televisão pública;*
- Por uma televisão digital que contemple os interesses da sociedade brasileira;*
- Por um Conselho de Comunicação Social composto por legítimas representações da Sociedade Civil.”*

CFP, CRP RJ e ABEP

INFORME PUBLICITÁRIO

DISQ FREUD

Obras completas 24 vols. Imago

Capa dura 4x290,00

Promoção: Capa mole 4x190,00

Atendemos a todos Brasil

Entregamos a domicílio /SP (11) 8236-6305

CINPP-Escola de Psicanálise e Psicossomática

Coordenação Científica: Themis Regina Winter

(CRP06/17949-0)

Programação 2º Semestre - São José dos Campos, SP

• Formação em Psicanálise

• Especialização em Psicossomática - Escola de Paris

• Psicanálise e Gestão

Início: 31/Julho - Horário: 19:00hs às 22:00hs

Informações: Tel: (12) 3018-3177, site: www.cinpp.com.br

Cooperação científica em Psicologia constrói consciência crítica

Intercâmbio de conhecimento entre os países da América Latina está amadurecendo

Não é de hoje que universidades e pesquisadores brasileiros reconhecem no intercâmbio científico uma forma de construir conhecimentos a partir de estudos semelhantes desenvolvidos em outros países da América Latina. A Unicamp, por exemplo, acredita obter importante retorno em suas iniciativas de cooperação com a América Latina. É grande o número de professores da Unicamp, nas diversas áreas de ensino, que são de origem latino-americana, mais notadamente da Argentina, além dos alunos estrangeiros que vêm do continente latino.

Na PUC SP e na Federal do Rio de Janeiro, essa política de cooperação internacional também é desenvolvida a fim de aumentar a integração científica e tecnológica entre nossos países. Exemplo dessa busca é o trabalho realizado pela professora de Psicologia da área de Educação da PUC SP, Clarilza Prado de Souza, coordenado pela professora da UFRJ, Ângela Arruda, com pesquisadores e psicólogos sociais da França, Venezuela e México.

O tema investigado era sobre o imaginário latino-americano e de seus respectivos países. A proposta da pesquisa sobre o imaginário teve o apoio do Casa de Ciências Humanas de Paris. “Buscamos conhecer como o estudante universitário do Brasil, do México e da Venezuela pensa o seu próprio país e de outros países da América Latina. Para nós, educadores, é importante desenvolvermos uma consciência crítica da nossa história”, pensa.

O resultado da pesquisa, segundo Clarilza, revela um grande desconhecimento do universo universitário sobre seu país e a dos países envolvidos no estudo. As amostras brasileiras vieram de universitários de cursos de Educação, Enfermagem, Serviço Social, Engenharia e Medicina do Pará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. “O imaginário desses estudantes sobre o Brasil é de quase clichê, do que recebem dos

jornais. O Nordeste brasileiro representa praia e seca. Sabem muito pouco da cultura do povo, das condições econômicas, do folclore, da política, da história. Isso também foi revelado na Venezuela e México", comentou.

A pesquisa chegou a conclusão semelhante quando se trata de incluir esses países dentro da América Latina. "Os universitários brasileiros, que acabaram de passar no vestibular e tiveram mais de nove anos de escolaridade, não viam o México como integrante da América latina e sim da América do Norte." A mesma pesquisa foi aplicada aos mexicanos, que excluíram o Brasil da América Latina, da qual, para eles, fazem parte apenas a América espanhola. "Isso revelou um total desconhecimento da geografia, inclusive", analisa. "Os universitários desses países têm uma concepção diferenciada do que é América Latina e do que representam esses países em seu imaginário", concluiu. "Para que tenhamos uma visão crítica de nosso país e de nosso continente, precisamos conhecê-los primeiro. E isso a pesquisa revelou que não acontece", lamentou.

Essa pesquisa foi resultado de um encontro que as professoras Clarilza de Souza e Angela Arruda tiveram com outros pesquisadores num evento científico internacional. Segundo ela, esses ambientes favorecem o intercâmbio de conhecimentos que podem produzir pesquisas cooperadas. A psicóloga e professora Clarilza de Souza observa que pesquisas co-realizadas com expertises da América Latina contribuem para identificar problemas em comum e encontrar soluções a serem aplicadas no continente. A professora da PUC SP, que também faz parte da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior), diz que a entidade incentiva a cooperação de professores de outros países. Para ela, a produção intelectual nas universidades deve ser disposta,

divulgada e criticada. "Temos uma produção qualificada e de alto nível na América Latina. Essa produção precisa ser cotejada para obtermos novos pontos de vista sem precisarmos importar conhecimentos da Europa ou Estados Unidos", disse.

Já para a Unicamp, essa troca aumenta a visibilidade da Unicamp junto à comunidade científica nos países sul-americanos, estabelece programas de cooperação no nível da pós-graduação e aumenta as oportunidades de estrangeiros virem a estudar e desenvolver pesquisa na Unicamp. Assim, amplia a mesma forma as oportunidades para que seus professores e alunos complementem seus estudos e suas pesquisas em colaboração com universidades de prestígio de outros países.

O professor Odair Furtado, também da PUC, e conselheiro do CFP, faz um apanhado das experiências de articulação na América Latina através da União Latino-Americana de Psicologia (ULAPSI) e das reuniões e encontros da Psicologia dos países membros e associados do MERCOSUL. Ele destaca a semelhança cultural, econômica e política dos países latino-americanos, da política educacional que vem sendo implementada a partir de modelos hegemônicos e também apontou nossas diferenças. Acrescenta que a partir das experiências recentes dos "Diálogos Latino-Americanos" realizados no Brasil e no México as trocas de experiências e a possibilidade de intercâmbio estão amadurecendo, mas estaria faltando construir uma pauta bem definida que aponte para a realização de convênios de intercâmbio entre programas de pós-graduação, a realização conjunta de pesquisas e programa para professores visitantes que efetive e incremente o intercâmbio. E salienta que isso somente será possível com um real envolvimento dos brasileiros que hoje reúnem as condições institucionais, organizativas e de fomento para uma tarefa

II Congresso da ULAPSI em Havana: por uma Psicologia para o bem de todos

A cidade de Havana, Cuba, será lugar, de 12 a 14 de setembro, de encontro dos psicólogos latino-americanos para intercambiar suas experiências e seus projetos no II Congresso Latino-Americano de Psicologia da ULAPSI. A entidade, comprometida com o desenvolvimento de uma Psicologia para a América Latina reunirá as entidades membros (são 54 entidades de 11 países) e a todos os interessados em participar desse espaço de diálogo aberto e de reconhecimento mútuo.

"Por uma Psicologia com todos e para o bem de todos" é o tema que convida a fazer e a pensar a Psicologia com vocação e compromisso latino-americanista. Um congresso quer se somar a uma luta pela identidade comprometida com a defesa dos direitos das mulheres e dos homens do continente pelo desenvolvimento da infância e da família.

O CRP SP será representado no II Congresso pelas professoras e conselheiras Maria da Graça Marchina Gonçalves, Marilene Proença Rebello de Souza, Lumena Celi Teixeira, e Andréia De Conto Garbin, além das convidadas: Maria Cristina Vicentin, Mitsuko Aparecida Makino Antunes, Guillermo Arias Beatón (Cuba), Dra. Elvia Taracena Ruiz (México), Grimaldo Rios (Peru), Jorge Molina Avilés (México) e Camila Regina Lós Reis Fidalgo.

INFORME PUBLICITÁRIO

RECONHECIDO PELA CAPES

Mestrado e Doutorado Psicologia

	Aluno Regular	Aluno Especial
Inscrições	01/10 a 09/11	27 e 28/11/2007
Seleção	19 a 21/11	29/11/2007
Resultado	22/11	30/11/2007
Matriculas	23 e 26/11	03 e 04/12/2007

Linhas de Pesquisa

1. Construção, Validação e Padronização de Instrumentos de Medida
2. Avaliação Psicológica em Contextos da Saúde Mental
3. Avaliação em Psicologia Educacional
4. Avaliação Psicológica no Trabalho

Informações: 11 4534-8040
pospsicologia@saofrancisco.edu.br

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

www.saofrancisco.edu.br

CURSO DE EXPANSÃO DE HABILIDADES
"Aquisição de recursos para lidar com o estresse contemporâneo: por que adoecer?"
Centro Nacional de Cursos de Especialização - CENACES
Informações pelos telefones: **011-3082.9800 / 3082.9544**
www.psicocursos.com.br

CURSO DE FORMAÇÃO DE PSICOTERAPEUTAS E COORDENADORES DE GRUPO
"Elisabeth Maria Sene-Costa"
CENACES-Centro Nacional de Cursos de Especialização
Informações telex. **011-3082.9800 / 3082.9544**
www.psicocursos.com.br

Comissão de Ética desempenha papel pedagógico

Concepção de trabalho implementada procura ampliar a orientação para evitar faltas éticas e denúncias

A dinâmica da Comissão de Ética do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo sofreu modificação nos últimos três anos. O catalisador dessas mudanças foi o boom de denúncias feitas junto ao Conselho. Para não ser atropelada pelo aumento de casos que já se anunciava a Comissão se reestruturou. O número de membros da Comissão de Ética foi ampliado, com a participação de convidados com atuação em diversas áreas da Psicologia e professores de Ética Profissional. Uma nova concepção de trabalho foi adotada: além de exercer sua atribuição de julgar e punir (se for o caso, com a aplicação de alguma penalidade prevista legalmente), a Comissão passou a rastrear as áreas mais problemáticas a fim de colaborar na orientação dos profissionais sobre orientar melhor os profissionais sobre sua atividade e evitar faltas éticas. Patrícia Garcia, presidente da Comissão de Ética, observa que tais cuidados têm como preocupação maior zelar para que o exercício profissional seja efetuado com qualidade na relação com a sociedade.

Diversos fatores podem ser considerados quando se analisa este aumento do número de denúncias. Aluísio Lima e Cláudia Castro, membros desta Comissão, apontam que o aumento de denúncias pode estar vinculado seja ao aumento do número de inscrições de psicólogos no CRP SP nos últimos anos; seja à visibilidade que a Psicologia alcançou, atuando em muitas áreas da vida social; ao novo estado de direito fundamentado em leis de defesa dos direitos individuais, como o Código de Defesa do Consumidor e à mudança de atitude do indivíduo, hoje mais consciente; seja pelo surgimento de novas especificidades envolvendo a Psicologia, como a internet, por exemplo.

A idéia de agregar à Comissão as experiências de novos membros contribuiu muito para definir novas estratégias numa ação preventiva em setores sensíveis como a Psicologia Clínica, na educa-

ção, nos sistemas prisional e jurídico, avaliação psicológica para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação, saúde do trabalhador etc. "Se o índice de processos é elevado, é sinal de que aquela área específica tem problemas e precisa ser debatida. Queremos punir menos. Para isso, é preciso reduzir o número de insatisfações que levam às denúncias, levando ao psicólogo esclarecimentos sobre o que ele pode ou não pode fazer dentro dos princípios do Código de Ética. E uma das maneiras que encontramos para fazer isso foi realizando encontros e palestras", comenta Fátima Riani, conselheira membro da CoE (Comissão de Ética). Foram realizados eventos sobre o novo código de ética aprovado em 2005, sigilo profissional, encontro com professores de ética, encontros com psicólogos profissionais da área da Psicologia Jurídica, bem como participação em palestras de diversas instituições.

"Levantamos os temas mais recorrentes para definir os encontros", conta Patrícia Garcia. Um dos mais abordados foi a Psicologia Jurídica, fonte expressiva de denúncias. Os eventos promovidos pela Comissão de Ética permitiram um rico debate sobre, por exemplo, a relação, muitas vezes conflituosa, do assistente técnico e do perito. O resultado foi a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar sugestões que poderão virar referências para o exercício profissional no futuro.

Patrícia Garcia acredita que essa nova abordagem da Comissão torna mais transparente o trabalho do CRP SP e traz a categoria para dentro do Conselho, discutindo princípios éticos e o exercício profissional. Ainda, possibilita que os psicólogos conheçam as normas éticas, resoluções e os procedimentos processuais. "Esse trabalho preventivo torna mais visível o papel do Conselho e dá subsídios para a prática de uma Psicologia melhor fundamentada", reforça. "Assumimos também um papel educativo."

Sobre os ritos processuais, a conselheira Maria Isabel Marques nos conta que, para se tornar mais eficiente, houve também aumento do número de plenárias da Comissão de Ética e do quadro funcional. Maior agilidade significa que casos prioritários, como abusos sexuais contra crianças, possam ter uma resposta mais rápida dos processos.

Para os membros da Comissão de Ética, a natureza dos processos é também um bom indicativo da metamorfose que sofreu a Psicologia ao longo do tempo. Nos últimos anos, eles identificaram a redução de denúncias que tratam de questões como equipes multiprofissionais e envolvimento material. Em contrapartida, houve ampliação nos casos referentes à avaliação psicológica, laudos técnicos, questões relacionadas à Vara de Família, seleção de pessoal e concurso público. Muitos candidatos que se submetem a processos seletivos questionam a falta de fundamentação do resultado que o considerou não recomendado para exercer o cargo ou função.

Números da Comissão de Ética - dezembro de 2004 a junho de 2007

58 processos julgados
14 arquivados
24 advertências
17 censuras públicas
2 suspensões
1 cassação (abuso sexual)

Também é importante mencionar que, das 218 representações que chegaram à Comissão de Ética nos últimos 33 meses, foram arquivadas até o momento 79. Na maioria das vezes, o arquivamento deveu-se a uma defesa bem fundamentada do psicólogo e nem chegou a virar processo ético.

Patrícia Garcia destaca que é papel da Comissão de Ética resguardar a seriedade e a qualidade dos serviços psicológicos. “Ao exercemos uma função pedagógica, buscamos uma ação social que promova uma Psicologia consciente e conseqüente e que proteja o coletivo dos profissionais sem o devido preparo técnico e ético.” ●

Procedimento Disciplinar Ético Fase Preliminar e Processo Ético

Total de Representações 2004

Divulgação inadequada de prestação de serviços através de TV/Rádio/Site	Encaminhamento
Laudo Psicológico	8
Manejo inadequado da relação terapêutica	5
Avaliação Psicológica para obtenção de CNH	8
Publicidade e atuação referente às práticas não reconhecidas	4
Quebra de Sigilo	1
Consultoria - Recursos Humanos	4
Conivência com maus-tratos	1
Avaliação Psicológica para obtenção de CNH	21
Publicação de trabalho científico	1
TOTAL	55

Total de Representações 2005

Abuso Sexual (setting terapêutico)	1
Conivência com maus-tratos	1
Avaliação Psicológica	12
Divulgação inadequada de prestação de serviços através de TV/Rádio/Site	4
Equipe Multidisciplinar	1
Laudo Psicológico	17
Manejo inadequado da relação terapêutica	11
Avaliação Psicológica para obtenção de CNH	10
Publicidade e atuação referente às práticas não reconhecidas	8
Quebra de Sigilo	3
Consultoria - Recursos Humanos	5
Envolvimento material	2
TOTAL	75

Total de Representações 2006

Abuso Sexual (setting terapêutico)	1
Consultoria - Recursos Humanos	15
Diagnóstico sem fundamentação	3
Divulgação inadequada de prestação de serviços através de TV/Rádio/Site	13
Divulgação Sensacionalista	1
Encaminhamento	1
Envolvimento amoroso (setting Terapêutico)	2
Envolvimento material	3
Envolvimento sexual	1
Equipe Multidisciplinar	2
Laudo Psicológico	33
Manejo inadequado da relação terapêutica	8
Avaliação Psicológica para obtenção de CNH	6
Publicidade e atuação referente às práticas não reconhecidas	11
Quebra de Sigilo	4
Utilização de outros títulos que não possui	1
TOTAL	105

Total de Representações 2007

Consultoria - Recursos Humanos	1
Desvio de cliente	1
Encaminhamento	1
Envolvimento amoroso (setting Terapêutico)	1
Equipe Multidisciplinar	2
Laudo Psicológico	13
Manejo inadequado da relação terapêutica	8
Avaliação Psicológica para obtenção de CNH	2
Publicidade e atuação referente às práticas não reconhecidas	2
Quebra de Sigilo	1
Testes psicológicos inadequados	2
TOTAL	34

A participação do psicólogo em sala de bate-papo

O psicólogo participou de um encontro em sala de bate-papo, na internet. Apresentou-se como psicólogo especialista em medicina alternativa e durante a conversa falou sobre a atuação como psicólogo e utilização de recursos da antroposofia, metafísica e outros. Afirmou acreditar no poder da oração, que os distúrbios podem estar ligados à falta de religiosidade e ser necessário acreditar na força divina. Fez ainda orientações a partir das falas de participantes. Ao apresentar seus esclarecimentos sobre a situação em questão, justificou que foi convidado, mas não estava ciente da forma como seria apresentado. Referiu que sua atuação como psicólogo e os recursos mencionados eram utilizados em momentos distintos e ter expressado sua opinião pessoal e não profissional sobre a religiosidade. Chegou-se ao entendimento de que o psicólogo participou do encontro enquanto tal por se apresentar desta forma, por ter retomado essa condição durante toda a conversa e por conter a associação no curriculum encaminhado por ele à administradora do site. Considerando sua atuação como psicólogo no chat, verificou-se que

o profissional infringiu os seguintes artigos do Código de Ética Profissional*:

Art. 1º - São deveres fundamentais do psicólogo:

c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficiente, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissionais.

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

e) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais ou religiosas, quando no exercício de suas funções profissionais.

Art. 38º - É vedado ao psicólogo:

d) propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional.

O psicólogo, em sua apresentação ou atuação profissional, somente pode associar a Psicologia a práticas e saberes desse campo de atuação. As orientações aos participantes foram realizadas após um contato superficial, acesso precário às informações e obtidas em condições inadequadas de trabalho, havendo um comprometimento de qualidade.

Fica claro o posicionamento não laico do psicólogo, transmitindo suas convicções religiosas àqueles que procuraram orientações técnicas e as-

sociando a Psicologia a crenças que não dizem respeito aos princípios reconhecidos pela profissão. É necessário um cuidado do psicólogo quanto à apresentação pública ao aceitar um convite. Na participação em veículos de comunicação, as informações prestadas devem disseminar o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão. Importante que esse profissional tenha o entendimento de que ao se apresentar enquanto psicólogo ele deve estar comprometido com a ciência, com a prática e a ética da Psicologia.

* Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005. (Artigos da Resolução CFP N.º 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionados ao tema exposto: Art.1º, “c”, Art. 2º, “b” e Art. 20, “c”). Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/07 (Código de Processamento Disciplinar), disponível no site: www.crp.org.br - item “legislação”.

Aquecimento global: fatos e factóides

Embora esteja sendo tratado como uma emergência global, que justificaria uma drástica mudança planetária nos padrões de consumo de energia e desenvolvimento, o aquecimento global está muito longe de merecer tal distinção. Primeiro, por existirem problemas reais bem mais prementes. Segundo, por se tratar de um fenômeno natural que há milhões de anos integra os ciclos climáticos que têm caracterizado a história geológica da Terra, ao qual não apenas a biosfera, mas também a Humanidade, têm se adaptado mais facilmente do que às oito eras glaciais ocorridas nos últimos 800 mil anos.

Emergências planetárias? Vejamos algumas, que não existem apenas em modelos matemáticos computadorizados e já estão nos afligindo hoje. Os problemas ambientais mais sérios, principalmente nos países em desenvolvimento, são os decorrentes das deficiências de infra-estrutura de saneamento básico, aí incluídas a poluição dos cursos d'água e as doenças transmitidas pela água (que, segundo o UNICEF, matam uma criança a cada 15 segundos). Em todo o mundo, mais de um bilhão de pessoas vivem sem condições adequadas de saneamento, água e higiene (mais de 130 milhões na América Latina e Caribe). No Brasil, apenas 6% dos municípios têm sistemas de tratamento de esgoto e, em 2004, dois terços das internações na rede hospitalar pública se deveram a doenças transmitidas pela água, com um custo mensal de tratamento de R\$ 250 milhões.

A fome e suas conseqüências, segundo a FAO, matam 5 milhões de crianças por ano em todo o mundo, uma morte a cada seis segundos. Cerca de 850 milhões de pessoas são classificadas como famintas. O custo anual dessa tragédia, em perdas de produtividade, rendas, investimentos e consumo, oscila entre 500 bilhões e um trilhão de dólares.

Quanto à energia, a disparidade na sua disponibilidade pode ser avaliada pelo fato de que quatro países, com apenas 10% da população do planeta - EUA, Rússia, Japão e Alemanha -, respondem por 40% do consumo mundial. Para 90% dos quase 700 milhões de africanos, energia ainda é sinôni-

mo de lenha, o combustível mais primitivo conhecido pelo homem. Quando se observa que 80% da produção energética mundial provém do carvão, petróleo e gás natural, não é difícil perceber as conseqüências das pretendidas restrições aos seus usos.

Ademais, os combustíveis fósseis respondem por quase dois terços da geração de eletricidade, ficando a quase totalidade do restante por conta de usinas hidrelétricas e nucleares - ambas, crescentemente, na mira dos ambientalistas radicais. A lista de problemas reais é bem maior, mas esses exemplos são suficientes para destacar as distorções da agenda das discussões globais, tanto entre a opinião pública como entre os formuladores de políticas.

Quanto ao aumento das temperaturas, toda a questão se resume a uma resposta objetiva à pergunta: em que o aumento de 0,8° C verificado nas temperaturas médias globais, nos últimos 150 anos, difere de elevações até maiores ocorridas no passado histórico e geológico? Sem oferecer qualquer evidência plausível, os catastrofistas o atribuem às emissões de carbono da queima de combustíveis fósseis. Ora, no auge do Período Quente Medieval, entre os séculos XII e XIII (mais de cinco séculos antes da Revolução Industrial), as temperaturas no Hemisfério Norte eram até 2° C superiores às atuais. Há seis mil anos, o nível do mar na costa brasileira estava a 3 metros acima do nível atual (na época, a indústria mais avançada existente era a da cerâmica marajoara). Há 20 mil anos, no auge da última era glacial, os oceanos se encontravam a 120 metros abaixo dos níveis atuais. Tais oscilações em escala planetária ocorrem há centenas de milhões de anos e se devem a uma complexa interação de fatores naturais que a ciência ainda está longe de compreender plenamente - radiações cósmicas, atividade solar, concentrações dos gases de efeito estufa, correntes marinhas, atividades vulcânicas, distribuição das massas continentais e oceânicas e outras.

Os impactos humanos sobre o clima são conhecidos, sendo principalmente decorrentes dos processos de urbanização, industrialização e alterações na cobertura vegetal, que afetam o ciclo hidrológico, os

fluxos dos ventos, a capacidade de reflexão da radiação solar dos terrenos (albedo) e as temperaturas locais. Entretanto, a sua escala é local ou, no máximo, regional, situando-se em ordem de magnitude muito inferior às causas naturais.

No tocante ao pobre dióxido de carbono (CO²), injustamente transformado em vilão planetário, os últimos dois milhões de anos (Quaternário) têm sido um dos períodos geológicos com menores concentrações do gás na atmosfera, apenas comparáveis às glaciações do Permiano-Carbonífero (entre 300-250 milhões de anos atrás). Também, pouco se menciona que a maior parte das plantas terrestres se beneficiaria de maiores concentrações de CO², que é um dos seus principais nutrientes. Além disso, o gás nem é o principal responsável pelo efeito estufa atmosférico, primazia que cabe ao vapor d'água (mais de 90%).

Por esses e outros motivos, atribuir aos combustíveis fósseis os alegados aumentos de temperaturas, nível do mar, proliferação de epidemias e outros problemas imaginados, é uma grosseira simplificação de projeções de modelos matemáticos sem comprovação no mundo real (os quais são ferramentas científicas úteis, mas jamais deveriam ser usados para orientar a formulação de políticas de tamanho alcance).

Por trás de toda a celeuma, encontram-se poderosos interesses hegemônicos internacionalistas orientados por uma visão malthusiana da Humanidade, para os quais o catastrofismo climático é um instrumento a serviço de uma agenda política, voltada, basicamente, para restringir o desenvolvimento mundial e controlar a maior parcela possível dos recursos energéticos do planeta. Tudo isso, enquanto se fazem grandes negócios com os chamados créditos de carbono.

Portanto, é mais que hora de recolocar as discussões nos campos dos quais nunca deveriam ter saído - o da boa ciência, do bom senso e do bem comum. ●

Geraldo Luís Lino*

Geólogo, diretor do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIA) e co-autor do livro *Máfia Verde 2: ambientalismo, novo colonialismo*; e-mail: geraldo@msia.org.br.





Quero voltar para casa – O trabalho em rede e a garantia ao direito da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes que vivem em abrigos – Rita C. S. Oliveira (Coordenação pela AASPTJ/SP)

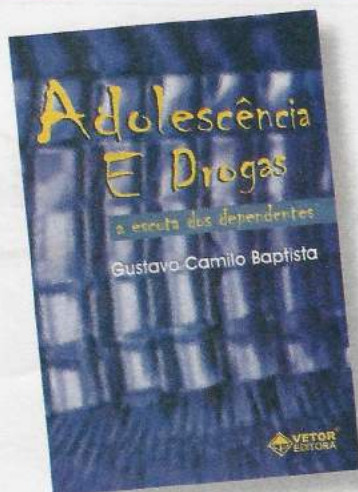
A publicação é destinada aos profissionais de entidades públicas e de Ongs que trabalham com a medida de proteção Abrigo. A obra visa auxiliar o estabelecimento das políticas públicas de proteção da infância que vive em abrigos, considerando os motivos e a longa duração dos abrigamentos, em clara contradição com os dispositivos do ECA. O livro foi elaborado por profissionais da AASPTJSP e organizado por Rita de Oliveira, integrante da diretoria, tendo por base os resultados da pesquisa sobre as condições dos abrigos na cidade de São Paulo, da pesquisa nacional realizada pelo IPEA e de oficinas realizadas com vários segmentos (Conselheiros Tutelares, equipes técnicas das VJ, abrigos, crianças, adolescentes e familiares). Editada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, 155 págs. Distribuição gratuita, tel. (11) 3256-5011.

Rios sem discurso – Reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade – Maria Vitória Campos Mamede Maia

O trabalho de Maria Vitória Maia traz a marca do questionamento ético e político que deveria fazer parte de toda nossa atuação profissional e cidadã. A pergunta sobre as crianças e os adolescentes ditos anti-sociais, ricos ou pobres, é clara e exige de todos nós uma resposta: quem são eles, o que reivindicam? Com base em Winnicott, ela entende que esses jovens perderam algo de bom por uma falha do ambiente. A autora indaga como uma sociedade, baseada na desigualdade e marcada pela violência, pode chamar as crianças dissonantes de anti-sociais. Afinal, quem se importa de verdade? A autora escapa do olhar moral e do senso comum. Sem dúvida, este livro é uma interpretação para todos nós, seus leitores. Vetor Editora (11) 3146-0333, 2007, 300 págs. R\$ 40,00.

Pedagogia do Consumo – Família, Mídia e Educação – Inez Lemos

Como enfrentar a crise simbólica que vivemos, quando o mais importante são as aquisições fashion – corpo siliconado, corpo lipoaspirado ou cheio de piercings e tatuagens? O que é ser mãe numa sociedade que convoca apenas a mulher, provocando uma dicotomia entre o papel da mãe e o da mulher? Por onde caminha a sexualidade e o gozo do sujeito moderno? Qual a relação entre sociedade de mercado, multimídias, cultura da visibilidade e violência? Como pensar a conexão entre corrupção, impunidade e criminalidade? O que é responsabilidade da família e o que é responsabilidade da escola? O psicanalista Hélio Pellegrino nos lembra que é o pacto edípico que garante o pacto social – o que equivale dizer que há uma relação direta entre violência, corrupção, criminalidade e função paterna. A proposta deste livro é investigar a complexidade das questões e, numa perspectiva psicossociológica, debater a insânia globalizada. Como fundar entre os jovens um outro destino pulsional que não passe pela violência? Autêntica (11) 0800-2831322, 2007, 194 págs, R\$ 32,00.



Informal, nômade, tradicional – Os psicólogos psicoterapeutas e seus grupos de estudos – Luiz A. G. Cancelllo

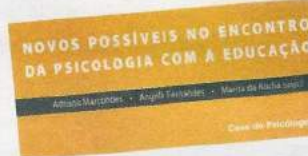
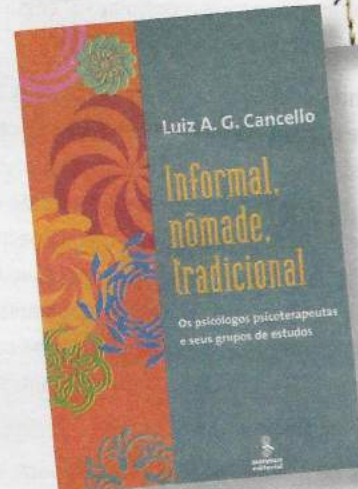
Partindo do pressuposto de que os grupos de estudos têm importância fundamental na formação dos terapeutas, Luiz Cancelllo analisa a dinâmica interna desses grupos, seus diversos tipos e a produção intelectual que deles deriva – produção essa que se reflete na prática clínica dos profissionais de psicologia. Para tanto, o autor utiliza o método fenomenológico e entrevistas, o que acaba desvendando, de forma saborosa e dinâmica, a formação da identidade dos psicoterapeutas. Summus Editorial (11) 3872-3322, 2007, 120 págs, R\$ 25,90.

Novos possíveis no encontro da Psicologia com a Educação – Adriana Marcondes, Ângela Fernandes, Marisa da Rocha

Este livro surge entre bons encontros de diferentes pesquisadores e destes com o trabalho ligado à psicologia e à educação na luta por agenciamento de dispositivos que funcionem a favor de mudanças na produção de subjetividade. Os textos aqui presentes revelam caminhos onde o encontro pode se transformar em acontecimento que privilegia o movimento e a transformação dos modos hegemônicos de existência. Novos possíveis na investigação das sociedades de controle e da produção de subjetividades no contexto escolar, na formação e na aprendizagem, na loucura e no sofrimento na escola, na mídia e nos movimentos dos trabalhadores sociais. Percursos que engendram buscas e que pretendem a abertura para outros encontros com práticas e sujeitos implicados com novas formas de fazer escola. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 2006, 228 págs, R\$ 35,00.

Adolescência e Drogas – a escuta dos dependentes – Gustavo Camilo Baptista

Este livro apresenta, por meio de uma análise inovadora e envolvente dos depoimentos de adolescentes dependentes de drogas que cometeram atos infracionais, novas reflexões e indagações que superam as desgastadas dicotomias presentes nesse campo. O autor, Mestre em educação pela USP, exibe a tortuosa trajetória desses jovens encadeando conhecimentos da literatura científica com sua experiência profissional como psicólogo clínico, especialista em políticas públicas e gestão governamental em exercício no Ministério da Justiça, e ex-investigador de polícia do Departamento de Narcóticos de São Paulo. Trata-se, assim, de uma leitura recomendável tanto a profissionais de áreas atinentes quanto a interessados por essa temática. Vetor Editora (11) 3146-0333, 2006, 206 págs, R\$ 34,00.



Reforma Psiquiátrica Brasileira – Rui Carlos Stockinger

Este livro retrata o quadro histórico e atual da saúde no mundo, principalmente os aspectos que envolvem a saúde mental. Por vezes prática, outras filosófica, esta obra possui uma orientação didática, tanto para leigos, profissionais, além de estudantes das áreas de ciências humanas, sociais e biomédicas. Editora Vozes (24) 2233-9000, 2006, 128 págs, R\$ 19,00.

O Momento Presente na Psicoterapia e na Vida Cotidiana – Daniel N. Stern

Autor internacionalmente aclamado de best sellers como The Interpersonal World of the Infant e Diary of a Baby, Stern volta a sua atenção para o problema do “agora” – esses momentos presentes de experiência vivida intensa e genuinamente, que duram apenas alguns segundos, mas revelam verdades fundamentais a respeito da psique, da sociabilidade humana e do caráter da própria vivência. Convidando o leitor a meditar sobre os problemas da memória e da experiência e a valorizar cada momento da vida, Stern aborda questões incômodas – e ao mesmo tempo fascinantes – a respeito do “agora” e das formas como ele é vivido entre duas pessoas. Para isso, ocupa-se da relação dos momentos presentes com a mudança e o crescimento terapêutico. Record (21) 2585-2000, 2007, R\$ 35,00.

Luta Antimanicomial: derrubando preconceitos

Dia 18 de maio, data de aniversário da Luta Antimanicomial, foi o culminar de um período importante de mobilização da sociedade para discutir o tema, além de denunciar o preconceito aos usuários do serviço de saúde mental. Com a participação direta de cerca de mil pessoas – entre psicólogos, usuários e familiares – os eventos do mês de maio e junho cumpriram seu objetivo de relevar a problemática para a população, segundo avaliação do Subnúcleo de Saúde Mental do Conselho Regional de Psicologia (CRP SP).

Além do comparecimento maciço das pessoas às oficinas, um público indireto de mais de 500 mil pessoas teve a oportunidade de conhecer a exposição intitulada “O compromisso da Psicologia com a transformação da sociedade brasileira”, montada nas estações de metrô República e Triunfo. Devido ao sucesso, a mostra será exibida em agosto na Sé e em setembro na estação Clínicas. Outros eventos muito elogiados pelos participantes foram as oficinas em parceria com o Museu de Arte Moderna, que tiveram por objetivo fazer a sociedade pensar sobre a saúde mental por meio de recursos interativos diferentes. Diversas atividades foram promovidas, como a produção de esculturas em argila – tanto para usuários como público em geral – além de interessantes exercícios de percepção, nos quais os participantes desenhavam diferentes “pedaços” do cenário externo do Parque do Ibirapuera.

Muitas obras do MAM estão expostas na parte externa do Pavilhão da Bienal, no Ibirapuera e revelaram um caminho diferente de arte e percepção. Ainda no dia 16, foi promovido na sede do CRP SP o lançamento oficial da série de vídeos “Não é o que parece” com exibição do vídeo “Fora de si”. Na oficina do dia 14 de maio, intitulada “Loucuras da cidade” e “Loucuras do cotidiano”, os participantes fizeram um exercício de “percepção imaginativa e imaginação produtiva” dentro do próprio MAM. Desde o estresse no trânsito até as pressões do cotidiano foram tematizados em trabalhos produzidos com a utilização de recortes de jornais, papel colorido e cola.

No dia 18 de maio, foi realizada a oficina “Possibilidades de ser”, na qual usuários e público em geral demonstraram – por meio de esculturas de argila – o que poderia simbolizar sua própria identidade – rostos, mãos e outras concepções. Ainda no dia 18, o CRP SP apoiou a Festa Antimanicomial, evento de confraternização organizado pela Associação Vida em Ação que permitiu a convivência da diversidade entre usuários, familiares, psicólogos e simpatizantes da luta. Depois, no dia 26 de maio, a programação prosseguiu com a realização de um espetáculo do Teatro do Oprimido no auditório do MAM. Foi uma colaboração do Teatro do Oprimido do Rio de Janeiro, que capacitou atores entre usuários dos serviços de saúde mental de Guarulhos. A peça tratou da questão do preconceito em relação ao sofrimento mental.

No dia 16 de junho, foi a vez da oficina Psicologia e Saúde Mental, com os psicólogos que atuam na área de saúde mental. A proposta foi a de ser a primeira de uma série de encontros - um convite para os psicólogos debaterem a área, suas rotinas e dificuldades do cotidiano. A proposta é que essas oficinas de profissionais continuem acontecendo e há previsão de uma próxima no dia 17 de agosto.



Profissionais pedem rapidez na desinstitucionalização das longas internações

Acelerar o processo de desinstitucionalização das pessoas com história de longas internações nos hospitais psiquiátricos. Esse foi o principal compromisso de luta, assumido pelos participantes do I Seminário Nacional do Programa de Volta para Casa, realizado nos últimos dias 8 e 9 de maio, em Brasília. Para atingir esse objetivo, foram estabelecidas algumas metas, como a criação de novas residências terapêuticas e o aprofundamento do Programa de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar (PRH) “no contexto de fortalecimento das redes substitutivas de saúde mental”.

Entre os 157 participantes do seminário, estavam beneficiários do programa “De Volta para Casa”; coordenadores, lideranças de usuários e familiares de saúde mental; profissionais; pesquisadores e professores universitários.

A Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial e o CFP estiveram também representados.

No documento elaborado do final do seminário, os integrantes do programa pedem ações específicas aos gestores das três instâncias do SUS. A primeira é concentrar esforços no sentido de efetivar a “reorientação do modelo asilar” por meio da redução de leitos nos hospitais psiquiátricos e a construção dos serviços substitutivos. Essa linha de ação tem por objetivo desinstitucionalizar as pessoas longamente internadas. Outra ação proposta aos gestores do SUS é para a criação e o fortalecimento de projetos intersetoriais em políticas públicas, de forma a garantir aos usuários dos serviços de saúde mental o acesso à educação, habitação, ao trabalho e aos bens culturais. Mais uma reivindicação, ainda: que o governo

estabeleça mecanismos que assegurem o financiamento e a sustentabilidade das ações da política de Saúde Mental e que garantam a atualização do valor financeiro do auxílio – reabilitação psicossocial do programa “De Volta para Casa”. Os integrantes do programa mostraram a triste realidade da assistência em saúde mental no país: um quadro de 39.500 leitos em hospitais psiquiátricos - 30% deles de longa permanência. Ou seja: 11 mil moradores em condições de viver na comunidade e serem beneficiários do “De Volta para Casa” e de serviços residenciais terapêuticos. O documento final do evento denunciou ainda o quadro constatado em vários dos hospitais de longa permanência, “revelando ainda condições de vida e assistência que ferem os mais elementares princípios dos direitos humanos”, conforme conclui o documento elaborado no seminário.

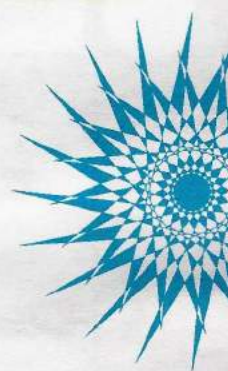
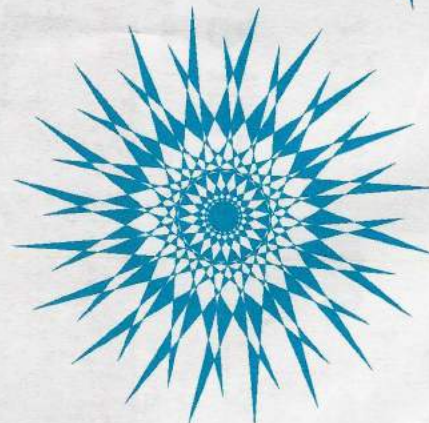
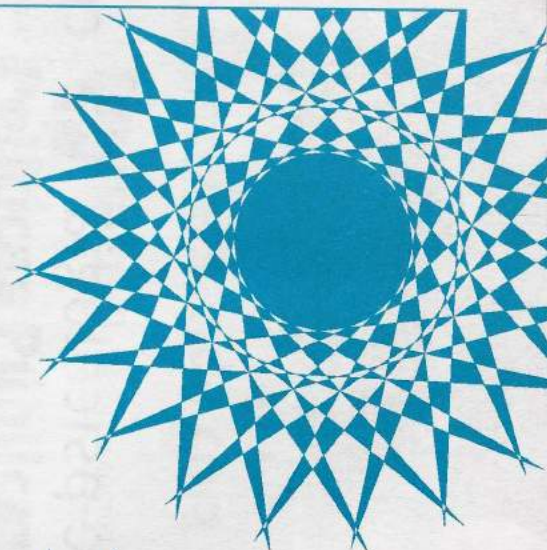
Justiça confirma CFP como instância máxima de avaliação dos testes psicológicos

Foi julgada improcedente a Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público Federal, em desfavor do Conselho Federal de Psicologia, em especial contra a edição da Resolução CFP nº 2, publicada no DOU de 26 de março de 2003, objetivando disciplinar o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, foi julgada improcedente.

Com esta demanda, o MPF buscava tutela jurisdicional para exigir a abstenção de atos do CFP, por considerar que estes extrapolavam sua competência legal. Na ação, o Ministério Público pediu, liminarmente, que fosse proibida a comercialização e também a suspensão do uso de todo e qualquer teste psicológico no território nacional, com a apreensão dos produtos hoje disponíveis no mercado, até que a União “cumprisse a sua obrigação”, qual seja, “de criar e implementar procedimentos para regularização dos testes psicológicos no Brasil”, considerando o Conselho incompetente para tais ações.

A sentença de Ação Improcedente, julgada pela Justiça, confirma o Conselho Federal de Psicologia como instância máxima de avaliação dos testes psicológicos no país.

O Conselho Federal de Psicologia reitera que a matéria em questão - testes psicológicos - caracteriza uma técnica de uso privativo do psicólogo e, conforme a Lei Federal nº 4119 e a Lei Federal nº 5766/71, compete ao CFP regulamentar as exigências necessárias para a aceitação dos testes como psicológicos ou não, pois sua aplicação caracteriza exercício da profissão de psicólogo. A elaboração de testes psicológicos bem como a utilização de determinada técnica ou método, também por força de lei, sujeitam-se aos regramentos ditados pelo Conselho.



Editais de convocação

Assembléia geral ordinária

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06, atendendo o disposto nos artigos 24 e 26 do Decreto Lei 79.822 de 17 de junho de 1977, convoca os psicólogos inscritos neste Regional para Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 20 de agosto de 2007, às 20h, em primeira convocação com a presença da maioria absoluta de seus integrantes, e às 20h30, em segunda convocação com o número de psicólogos presentes.

Local: Sede do CRP-06, Rua Arruda Alvim, nº 89, Jardim América, São Paulo – SP

Ordem do dia:

- 1ª - Prestação de Contas
- 2ª - Tabela de Taxas e Anuidades
- 3ª - Outros Assuntos.

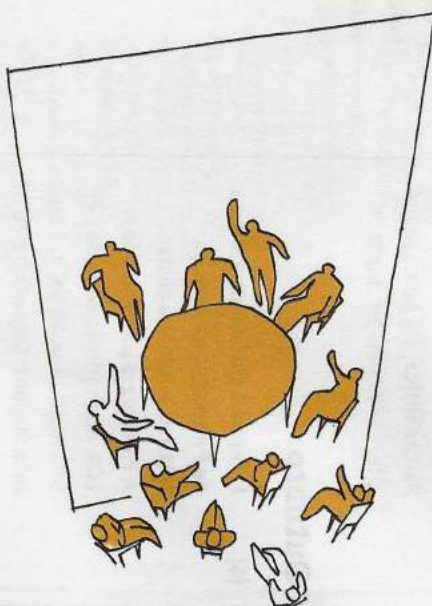
São Paulo 16 de julho de 2007

Chica Hatakeyama Guimarães
Conselheira Presidente

CFP firma convênio com SOBRAPA

No dia 10 de maio, foi publicado no Diário Oficial, minuta de convênio entre o CFP e a Sociedade Brasileira de psicologia e Acupuntura. A minuta autoriza a SOBRAPA a certificar a especialidade do psicólogo acupuntor. Informações, acesse o site www.sobrapa.org.br

Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar



Do dia 12 a 15 de setembro, será realizado em Natal o VI Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar. O evento contará com uma grade científica desde o estresse do profissional da saúde, psicanálise no hospital geral à humanização nas práticas de saúde. O congresso tem como objetivo, ainda, incentivar e prestigiar a Psicologia Hospitalar através do desenvolvimento de trabalhos científicos que ampliem o seu campo de conhecimento teórico e técnico. O VI Congresso premiará pesquisas científicas. Os prêmios variam de R\$ 300,00 a R\$ 2.500,00. As inscrições com desconto podem ser feitas até o dia 11 de setembro. Informações pelo site <http://mkmeventos.com.br/sbphnatal/index.htm>